

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE HISTÓRIA

MARINA DA SILVA SCHNEIDER

**OS DISCURSOS DA BOA MULHER ARARANGUAENSE: OS ESTEREÓTIPOS
DE FEMINILIDADE NOS JORNAIS CAMPINAS (1936) E TRIBUNA DO SUL
(1955)**

CRICIÚMA

2018

MARINA DA SILVA SCHNEIDER

**OS DISCURSOS DA BOA MULHER ARARANGUAENSE: OS ESTEREÓTIPOS
DE FEMINILIDADE NOS JORNAIS CAMPINAS (1936) E TRIBUNA DO SUL
(1955)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciada no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves

CRICIÚMA

2018

MARINA DA SILVA SCHNEIDER

**OS DISCURSOS DA BOA MULHER ARARANGUAENSE: OS ESTEREÓTIPOS
DE FEMINILIDADE NOS JORNAIS CAMPINAS (1936) E TRIBUNA DO SUL
(1955)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciada, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Cultura, Política, Trabalho e Relações de Poder.

Criciúma, 23 de novembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ismael Gonçalves Alves - Doutor - (UNESC) - Orientador

Prof. Michelle Maria Stakonski Cechinel - Mestra - (UNESC)

Prof. Giovana Ilka Jacinto Salvaro- Doutora- (UNESC)

Com amor e carinho, à todas e todos que são meu conforto e amor, nas horas boas e nas horas ruins.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, o amor incondicional e todo o apoio nessa trajetória da minha mãe Marli e do meu pai Silvio, que estiveram comigo ao longo da minha vida, me dando forças e me incentivando a ser cada dia melhor. Sem ela e ele, o sonho da realização da faculdade e tantos outros sonhos e objetivos não se concretizariam. Agradeço também a minha irmã Maiara, por me apoiar, pelo companheirismo e por ser minha fiel amiga, mesmo nas nossas discussões e divergências. Tudo o que conquistei e boa parte do que sou, devo a essas três pessoas a quem dedico o meu maior amor. Agradeço também ao meu cunhado Leonardo, que conquistou um lugarzinho especial na nossa família, obrigada pelo apoio e amizade.

Sou extremamente grata as minhas queridas amigas que construíram comigo uma amizade para todas as horas ao longo do curso. São elas: Renata Nascimento, Cíntia Magnus, Ariel Alves, Liziane Acordi e Rayane Layra. Obrigada por estarem comigo e por terem me apoiado nos momentos mais difíceis. Sou muito grata também a Ângela Wernke, Danielle Nunes, Letícia Bez Batti e Wanessa Cândido, minhas queridas amigas de longa data e que mesmo na distância, não deixaram de ser apoio, conforto e amor.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador, professor Ismael Gonçalves Alves, que fez com que eu decidisse me aprofundar nos estudos de gênero. Obrigada pelas aprendizagens, pela calma em ensinar e por ter compreendido minhas dificuldades. Sou grata também pelo incentivo, pela exigência nas correções e sugestões para melhorar o trabalho e principalmente por ter aceitado me orientar e acreditado no meu trabalho. Foi uma honra ser sua orientanda.

Por motivos semelhantes, agradeço a todos/as professores e professoras que passaram por mim ao longo desses quatro anos no curso de História e que apesar das dificuldades e dos atuais retrocessos na educação brasileira, compartilharam comigo seus conhecimentos, me incentivando e me fazendo acreditar cada vez mais na docência e no curso que escolhi.

Agradeço de forma muito especial a minha prima Aline, que recentemente nos deixou. Onde quer que você esteja, você foi parte importante dessa realização. Obrigada pelo amor, pelo carinho e por ter torcido por mim.

Estendo meus agradecimentos a todas as pessoas que eu não citei nomes aqui, amigos/as, conhecidos/as ou familiares que de alguma forma fizeram parte da minha vida, que marcaram minhas vivências, que de algum modo influenciaram meus caminhos e minhas escolhas, que se disponibilizaram a me ouvir, me aconselhar, que tiveram paciência e que de alguma maneira enriqueceram a minha formação pessoal e profissional.

Por fim, agradeço ao Diogo Giusti, pelo companheirismo, pelo carinho e paciência, por ter compreendido minhas ausências, por ter aceitado minhas escolhas e ter dialogado sobre elas comigo. Sou grata também a sua lealdade e fundamentalmente ao seu amor.

A todas e todos, meus sinceros agradecimentos.

**“Que nada nos limite. Que nada nos defina.
Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a
nossa própria substância.”**

Simone de Beauvoir

RESUMO

O presente escrito, na condição de trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentou como objetivo uma análise dos discursos de feminilidade e das visões do feminino presente no jornal Campinas -1936 e no jornal Tribuna do Sul -1955 que circulavam na região do grande Araranguá, Santa Catarina, Brasil. Foi analisado alguns textos presentes nos recortes de jornais articulando questões tocantes à imprensa, a história e os estudos de gênero. Tais jornais, durante o período em que circularam, propagaram em seus escritos discursos normativos de feminilidade na tentativa de homogeneizar o destino das mulheres, determinando seus limites de atuação, e produzindo subjetividades normatizadas.

Palavras-chave: Discursos. Gênero. Feminilidade. Mulheres. Imprensa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 GÊNERO	15
2.1 GÊNERO, MULHERES E IMPRENSA	19
3 O CAMPINAS (1936) E OS ESTEREÓTIPOS DE UMA SUPOSTA FEMINILIDADE	25
4 O TRIBUNA DO SUL (1955) E O “ABC DA MULHER MODERNA”	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve sua trajetória iniciada há dois anos na condição de pesquisa de iniciação científica, quando me candidatei a uma vaga como bolsista e optei por participar voluntariamente. Foi nessa pesquisa, durante a quinta fase do curso de História, que comecei a me aprofundar e a dialogar com os Estudos de Gênero, das Violências de Gênero e da História dos Feminismos. Posteriormente, iniciei minha participação no Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero, quando então decidi intensificar meus estudos nas pesquisas históricas que atrelavam-se a mulheres e gênero.

Visando trabalhar com a imprensa escrita, iniciei a pesquisa no Arquivo Histórico e Municipal da cidade de Araranguá, local onde encontrei salvuardados os jornais intitulados Campinas (1936) e Tribuna do Sul (1954). Ao folheá-los percebi seu potencial como fonte histórica, já que neles encontrei inúmeras reportagens que poderiam contribuir para repensar as relações entre homens e mulheres na primeira metade do século XX. A ausência de outros volumes me impediu de alargar o recorte temporal, uma vez que, os periódicos disponíveis e preservados no acervo estão circunscrito as décadas de 1930 e 1950, momentos nos quais o mundo passava por intensas mudanças socioculturais e que também se refletiam no extremo sul de Santa Catarina.

No entanto, o recorte escolhido, para além do acervo, ocorreu a partir da necessidade de pensar como os estereótipos de gênero foram construídos, alguns anos antes e depois da Segunda Grande Guerra, sofrendo alterações à medida que a sociedade e padrões normativos vigentes consideravam importante normatizar as mulheres, disciplinando-as e mantendo-as conforme expectativas hegemônicas. Dessa forma, esse trabalho apresenta como objetivo analisar esses discursos que buscavam construir a imagem de uma boa mulher e todos os estereótipos tocantes a elas, percebendo como essas estratégias de controle vinham se modificando e se adaptando conforme oscilações nos costumes, nas vivências sociais e cotidianas.

Para tal empreitada, a metodologia utilizada foi a análise das narrativas e os discursos¹ presentes nos jornais que circularam na imprensa escrita da cidade de

¹A análise do discurso se deu como um método na pesquisa que contribuiu para interpretar as construções narrativas e símbolos que produzem os significados presentes nas relações sociais, associando a compreensão do imaginário como peça importante nesse processo.

Araranguá. Um dos principais componentes do discurso, como fala ou narrativa, são os significados históricos presentes no imaginário de quem o elabora e nesse sentido os jornais, representavam aspectos e particularidades de condições sociais vigentes no período (SILVA, 2012, p. 101). Diante da tentativa de imposição de discursos normativos, cabe à história, demonstrar que esses discursos foram construídos sob condições que precisam a partir da análise, serem historicizadas.

No primeiro jornal, intitulado *Campinas* (1936), analisamos suas matérias de modo geral, dando ênfase a recortes que buscavam criar visões hegemônicas sobre a feminilidade, que por sua vez, delineavam existências estereotipadas às mulheres. O jornal *Campinas* não se utilizava de uma coluna específica para o público feminino e nem se dirigia especificamente às mulheres, mas operava por meio de publicações ocasionais, que nos ofereceu como hipótese, a ideia de que esse jornal era dedicado preferencialmente à leitura dos homens.

O segundo jornal, intitulado *Tribuna do Sul* (1955), por sua vez apresentava uma coluna específica para a leitura das mulheres, intitulada: O “ABC” da mulher moderna”. Esta coluna considerava importante a emancipação da mulher moderna da década de 50, no entanto, essa emancipação nos discursos do jornal, não ultrapassava o espaço doméstico. Desse modo, tanto o *Campinas*, quanto o *Tribuna do Sul*, separados por 19 anos e por inúmeras mudanças oriundas da Segunda Grande Guerra, não descolaram de seu contexto e assim como outros jornais do país impuseram papéis estereotipados às mulheres com o objetivo de circunscrever o feminino a rígidos limites de existência.

Entre teóricos e teóricas utilizados/as para fundamentar o trabalho, destaco a historiadora Joan Scott (1989) com seu trabalho: “Gênero, uma categoria útil para a análise histórica”. É a partir dessa teórica que fundamentei esta pesquisa utilizando o gênero como uma categoria e uma possibilidade de análise histórica, percebendo como o gênero constrói relações desiguais de poderes e como historicamente alicerçou as diferenças percebidas entre os sexos. Outro teórico utilizado foi Pierre Bourdieu em: “A dominação masculina, a condição feminina e a violência simbólica”, que contribuiu para pensar a violência simbólica e bastante sutil das construções do gênero inclusive nas disposições do ambiente privado.

Uma referência que foi peça importante na constituição desse trabalho foi à pesquisa “Mulheres dos anos dourados” da historiadora Carla Bassanezi, que por meio de sua discussão aprofundada sobre as mudanças no Brasil dos anos 50 nas

relações de gênero e na reorganização sociocultural do pós-guerra cooperou na compreensão da temporalidade proposta, fundamentando a importância da discussão acerca desses diferentes contextos e das tentativas de disciplinar as mulheres a partir de discursos adaptados em cada momento e em cada necessidade. Nesta caminhada percebi, por meio desses referenciais e bibliografias, semelhanças com o objeto aqui analisado, pois eles dialogam também com revistas e jornais que continham discursos semelhantes e com a mesma intencionalidade: a de disciplinar as mulheres.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, apresento meu referencial teórico com abordagens sobre gênero, mulheres e imprensa, refletindo sobre a constituição e legitimação desse campo como um campo de estudo e pesquisa dentro da história. Além disso, nesse primeiro capítulo, há ainda uma discussão teórica no tocante a análise da mídia impressa e sua abordagem no campo historiográfico. Essa discussão teórica fez-se necessária para então entrar no segundo capítulo, na materialidade do jornal Campinas (1936).

Nesse segundo capítulo, são analisadas as características do jornal bem como as dificuldades em encontrar informações sobre os responsáveis pelo periódico ou principalmente quais suas influências diretas no comportamento de seu público leitor. Levanto hipótese de que esse jornal, sendo um jornal pago, destinado a um público alfabetizado na década de 30, circulou, certamente, entre o público elitizado.

Analiso inicialmente a postura do jornal referente à sua própria influência, a partir de recortes que identificavam como esse jornal se percebia como um possível formador de opinião. O Campinas aparentava ser um jornal exclusivamente para a leitura dos homens, o que o torna diferente do Tribuna do Sul, que já apresentava uma coluna específica para a leitura do público feminino.

Nesse sentido, analiso como esse jornal escrito possivelmente por homens personificou e delegou um lugar ideal às mulheres. Investigo também nesse segundo capítulo, como esse jornal interpretou a condição social da mulher da década de 30, como doméstica, rainha do lar, maternal e boa esposa. Também foi explorado como o jornal refletia sua época, disseminando concomitantemente certos estereótipos sobre as mulheres, a partir de recortes que avaliavam as mulheres como angelicais, como aquelas que agem com o coração e não com o cérebro e principalmente como aquelas que tinham uma função predeterminada no biológico.

No terceiro capítulo, analiso o jornal Tribuna do Sul (1955). Esse jornal se dedicava a um público leitor de homens e mulheres, mas tinha colunas específicas para o público feminino. Assim, nessa parte da pesquisa, analiso as publicações específicas do “ABC da mulher moderna”, que publicava sobre maternidade, sobre a condição feminina, receitas de comidas e dicas de cuidados com o lar. Reflito nesse capítulo principalmente sobre os objetivos de reformular as práticas de dominação e subordinação das mulheres, camuflando as desigualdades de gênero no discurso da “mulher moderna”.

Por fim, apresentamos as considerações finais na qual pondero sobre as permanências dos discursos sobre as mulheres, mesmo com modificações nos modos de vida na sociedade brasileira da década de 50. Dialogo nas conclusões finais desse estudo, também sobre a relevância da pesquisa em história sobre os estudos de gênero e da história das mulheres.

2. GÊNERO NA INTERFACE COM A IMPRENSA ESCRITA.

Refletir sobre o campo de análise da história das mulheres e, mais precisamente, o gênero como uma categoria de análise no campo historiográfico e na pesquisa histórica, é trilhar por um espaço que ainda está se constituindo e se legitimando. Nesse sentido, os estudos de gênero estão, em suma, estritamente alinhados as discussões teóricas vigorosamente atreladas a uma concepção política dos sujeitos que reivindicaram espaços, lugares, direitos e participação na história. Neste cenário, como apontam as historiadoras, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, as dificuldades para legitimar as discussões sobre o estudo das mulheres e as relações de gênero se deram, em grande medida, ao caráter universal atribuído ao sujeito da história representado pela categoria “homem” (SOIHET; PEDRO, 2007, p.284).

Na academia, e principalmente na disciplina de história, como aponta a historiadora Joan Scott, a historiografia desmereceu os estudos das mulheres alegando que elas já estariam inseridas no sujeito universal. Ainda de acordo com a autora, tal concepção implicaria em um posicionamento parcial dos historiadores sobre o passado, que não enxergavam o quanto de ausências havia na história e o quanto suas escolhas por um sujeito universal implicavam exclusões e negavam outras formas de existência (SCOTT, 1992).

Foi no contexto norte-americano dos anos 60 que as feministas passaram a reivindicar uma escrita da história que contemplasse a participação feminina nos processos. A partir da década de 70, segundo Scott (1992), houve um afastamento dos movimentos políticos, como estratégia do campo para inserir as mulheres na história, o que acabou categorizando o campo Mulher, entendendo-se que mulheres possuíam experiências e identidades comuns, construindo uma problemática e que, no entanto, no final da década se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades (SOIHET; PEDRO, 2007, p.287). Além disso, foi apenas no final do século XX que se introduziu a categoria gênero no campo historiográfico ainda de forma “neutra” e descritiva, o que representava um problema, uma vez que essa abordagem não questionava os conceitos dominantes no seio da disciplina ou, pelo menos, não os questionavam de forma a abalar o seu *status* e talvez transformá-los (SCOTT, 1989, p.05). Essa abordagem seria também a-histórica, já que compreenderiam as construções sociais do gênero como universais e imutáveis. Ainda, para a autora, pensar o gênero nas relações sociais, nos processos

históricos, nas experiências humanas e nas práticas atuais constitui um desafio teórico que pode ser respondido utilizando-se o gênero como uma categoria de análise histórica.

O gênero como uma categoria relacional e de análise histórica compreende as relações entre os sujeitos em grande medida, a partir de diferenças biológicas percebidas em diferentes sociedades, em diferentes culturas, variando de acordo com o tempo e o espaço.

Os estudos de gênero consideram que a vida social e os vetores que organizam como, por exemplo, tempo, espaço ou a diferença entre os sexos, são desenvolvidos e estabelecidos socialmente através de um sistema de representações. (KUAMOTO; LOSNAK, 2015, p.08)

Assim, é de fundamental importância sistematizar debruçar-se sobre estes estudos, pois eles visam desconstruir a maneira como essas relações socioculturais são percebidas e interpretadas pelos sujeitos, haja vista que podem se transfigurarem em desigualdades, violências e invisibilidades. A categoria gênero arquiteta uma análise na qual enfatiza que as condições biológicas não podem e não devem ser capazes de predeterminar papéis, espaços, características e identidades dos sujeitos. O que se atribui de maneira sistemática aos sexos como algo natural e imutável é, portanto, passível de análise histórica e social e, dessa forma, alvo de questionamentos. A partir deste entendimento, a utilização do gênero como categoria analítica permite perceber o modo como cada cultura em dissemelhantes espaços e tempos coloca no campo da normalidade o que seria uma mulher e o que seria um homem, criando seus próprios mecanismos na sustentação.

Além disso, “gênero” dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado. (SOIHET; PEDRO, 2007, p.288)

A análise de gênero, segundo Joan Scott (1989), precisa ser desmantelada de uma visão binária das construções sociais de sujeitos homens e mulheres², dando historicidade às múltiplas experiências dos indivíduos, já que as

² Segundo a historiadora Joan Scott, é preciso problematizar o que ela chama de antagonismo sexual, onde os sujeitos só poderiam se encaixar no binário, naquilo que se espera sobre ser homem

condições são variáveis. Desse modo, a análise não pode ser polarizada, precisa ser significativa e pensada em suas interrelações.

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder [...] Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si [...] (SCOTT, 1989, p.21)

Scott (1989) coloca que a análise de gênero passa por quatro categorias consideráveis, sendo elas discurso, norma, instituição e subjetividade. Nessas categorias, os discursos são criados como representações. Eva e Virgem Maria, por exemplo, são símbolos culturalmente disponíveis sobre o que significa ser mulher (SCOTT, 1989). Tais elementos vão constituindo o sujeito, símbolos que são aceitos. Esses símbolos tornam-se discursos normativos, percorrendo a segunda etapa, que irão traduzir as possibilidades de existência para homens e mulheres.

A terceira etapa seria a ampla perpetuação desses símbolos, discursos e normas, que para Scott (1989) são difundidas pelas instituições, escolas, igrejas, mercado de trabalho, estado, sistema político e econômico, nas próprias relações de modo geral e claro, não podendo faltar, a mídia, e mais especificamente nesse caso de análise de pesquisa e escrita, a mídia impressa que concomitantemente constrói, projeta e estabiliza identidades sociais (SGARBIERI, 2006, p.388). Os discursos, normas e instituições são subjetivados pelos indivíduos que se reconhecem nesse processo constitutivo das relações de gênero. Scott (1989) chama a atenção para o quarto aspecto, a identidade subjetiva, no qual o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si (SCOTT, 1989, p.23). Desse modo, as relações hierárquicas e em grande medida, violentas alicerçam-se sob uma generalização natural e imutável sobre o que é ser homem ou ser mulher, atribuindo expectativas aos sujeitos a partir do corpo ligado ao sexo. Essas atribuições surgem a partir da infância e em grande medida, justificam controle e dominação do feminino³. A face dessas atribuições é quase sempre sutil e silenciosa, o que pode

ou mulher. Scott aponta que esse antagonismo é a histórico, que parece imutável e de dimensão eterna.

³ As atribuições podem conter inclusive respaldos legais, como por exemplo, quando proíbem as mulheres de decidir sobre o próprio corpo, mas em grande medida, são discursos normativos que

naturalizar a opressão, dificultando uma superação no que diz respeito à restrição dos papéis de gênero e as determinações biológicas.

No cotidiano, essas percepções e representações do feminino e do masculino, em um sentido binário, aparecem como as únicas possibilidades de existências aceitáveis, construindo nos sujeitos e no imaginário coletivo padrões e concepções de mundo. Ao agir desta forma, a norma social anula outras existências e a própria historicidade, reforçando estereótipos desmedidamente, reproduzindo uma homogeneidade e normatizando as condutas no corpo social.

A maternidade, por exemplo, como uma das principais atribuições as mulheres e talvez seu principal destino, aparece em quase todas as representações do feminino, como uma imposição e condição natural das mulheres traçando regras universais sobre as responsabilidades sociais femininas voltadas a educação dos filhos e a garantia da reprodutividade biológica. O instinto materno estaria dado nos ideais de feminilidade. Assim, se opera na constituição dos sujeitos, ditos femininos, a imagem de um sentimento único, o amor materno (BADINTER, 1980, p.71). O amor materno seria então um atributo naturalmente feminino, um código de comportamento inquestionável no seio familiar e social. Corroborando com a estruturação dos estereótipos de gênero, esse conceito de mulher/mãe, tornar-se-ia uma referência de civilidade e de controle.

Outras características são também impressas nos corpos das mulheres baseadas na ideia de que são resultantes do próprio sexo. Às mulheres está destinado um espaço subalterno na participação social. O lugar das mulheres, neste contexto, aparece em contraposição ao espaço público. Para elas, o lar, o privado, o doméstico e os cuidados. Em contrapartida, aos homens se destina um discurso legitimado e baseado em sua participação no espaço público, nas relações exteriores ao lar e no trabalho produtivo. Essas relações estruturam-se e dão sentido as relações hierárquicas do gênero.

Ainda nesse sentido, são dadas as mulheres e aos homens, uma grande quantidade de características desejáveis, símbolos que representam modelos a serem seguidos. A partir dos discursos, normas e instituições como coloca Scott (1989), se forjam essas identidades homogêneas e sem caráter histórico. As possibilidades ao feminino e ao masculino aparecem limitadas a padrões peculiares,

direcionam características como dominação, força, virilidade, autoridade ao masculino e outras características como submissão, fraqueza, fragilidade ao feminino.

ressaltando a hierarquia existente. A virilidade ao masculino, o dócil ao feminino, a dominação ao masculino, a submissão e a fragilidade ao feminino. Aos homens cabe prover o lar, as mulheres a maternidade, os cuidados com filhos e maridos. Esses modelos únicos formam aquilo que estaria no campo do civilizado, constituindo as representações de homens e mulheres como aceitáveis socialmente.

(...) É a forma como o gênero tem sido construído e representado em nossa sociedade. Especificamente no que se refere as mulheres temos representações muito estreitas e que geralmente estão circunscritas em valores como graça, encanto, delicadeza. Aliás estes são elementos que nossa sociedade tem usado para definir o que é próprio das mulheres. Cabe portanto uma demonstração destes elementos e uma discussão que desnaturalize tal associação (...) (OLIVEIRA, 2012, p.14)

Ao desnaturalizarmos essas associações que parecem imutáveis e de dimensão eterna, que acentuam espaços, limites, traços e relações de poder, seria possível construir relações de gênero em seu caráter profundamente histórico, demonstrando como aspectos de um contexto social formaram e forjaram estereótipos e padrões como únicas formas possíveis de existência e de aceitação (SCOTT, 1989, p.17). No tocante a essas relações, problematizar o que parece fixo, o que “sempre” teria feito parte de um universo feminino ou masculino, é a chave para superar essas determinações a-históricas.

(...) historicizar os conceitos, nuançá-los no tempo e relativizá-los no seu devir temporal, ou seja, “lidar com problemas teóricos de mudança, ruptura e descontinuidades históricas”. Libertar a mulher do limite do espaço doméstico tem sido a tônica dos estudos feministas. Portanto, se faz necessário ultrapassar as explicações redutoras ao binômio dominador/dominado e entender a diferença à luz de uma perspectiva que considere as práticas culturais, informando as representações sociais, uma vez que é a partir da cultura que cada sujeito (re)interpreta e consolida a realidade e constrói a identidade do grupo e a sua própria.(ARAS; MARINHO, 2012, p.98)

2.1 GÊNEROS, MULHERES E IMPRENSA

O uso da imprensa escrita como fonte possível de pesquisa para o/a historiador(a), principalmente na escrita de trabalhos acadêmicos é, em grande medida, recente. Tal compreensão e a utilização ancorou-se nas mudanças propostas pela escola dos *Annales* que possibilitou o uso de novas fontes,

estabelecendo uma nova relação contra o paradigma tradicional (BURKE, 1992, p.5). A Escola Metódica e sua busca incansável pela verdade e objetividade histórica, buscava cotidianamente se afastar das subjetividades dos processos, pois isso corromperia a pesquisa histórica. Por outro lado, com a Nova História, estruturou-se novas concepções, fontes, objetos e sujeitos. Para esta corrente onde existe qualquer tipo de influência humana, há fonte histórica, tornando os periódicos, uma ampla possibilidade de pesquisa historiográfica. No entanto, para tal, a imprensa pode e deve ser historicizada, entendendo seus múltiplos processos de produção e circulação. As fontes documentais fornecem informações que possibilitam complementar a reconstrução histórica (NICOLETE; ALMEIDA, 2017, p.207).

Analisar a imprensa exige do/a historiador(a) uma análise nas entrelinhas, dos não ditos e principalmente levando em conta o contexto em que o jornal foi escrito, percebendo também os elementos que influenciaram essa escrita, não deslocando a imprensa dos seus significados e subjetividades. Assim, o/a historiador(a) deve considerar o meio jornalístico também como um local de produção de discursos, seus contextos de formação, conflitos, interesses e disputas, que contribuíram na disseminação de ideias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir (LEITE, 2015, p.05). Desse modo, analisar os discursos da imprensa é peça importante no trabalho historiográfico, compreendendo seus significados e representações a luz do contexto. Essa fonte é valiosa para a pesquisa histórica, pois possibilita ao historiador novas interpretações e impressões sobre os episódios sociais (AMARAL, 2008, p.928).

Outros pontos tornam-se também fundamentais, como perceber a que público se destina tal escrita, e no caso dessa pesquisa, perceber como esses discursos sobre o que significava ser mulher, impactavam e construía o sujeito universal mulher, que estava em contraponto ao homem, representando papéis, espaços e subjetividades de maneiras opostas (SCOTT, 1989).

Analisar a participação das mulheres por meio da mídia impressa oportuniza uma nova interpretação sobre a atuação das mesmas, fornecendo novos significados e sentidos a essas vivências, questionando e analisando os mecanismos que, em grande medida, atuaram na construção e naturalização das desigualdades de gênero, fomentando a subordinação das mulheres.

Nessa esfera, a linguagem pode ser interpretada como um complexo sistema pelo qual os seres humanos comunicam seus sentimentos, falas, ideias, concepções, entendimentos e percepções de mundo. É a linguagem que dá sentido ao modo como as relações são construídas, aos sentimentos, as ideias, ao palpável e, é através dela que uma determinada cultura cria representações e discursos de verdade. Operando através de símbolos, signos, a linguagem é, portanto, social, cultural, construída e instituída com influências do meio, entendendo a língua como um sistema ideológico carregado de disputas (SGARBIERI, 2006). Nesse sentido, os discursos produzidos pelo meio social e nesse caso de análise, pelo meio midiático, estão encharcados de ideologias, valores e princípios que estruturam sentidos, representações e induzem as vivências cotidianas que constroem a si e ao outro. É por meio dessa perspectiva que podemos observar as coerções sociais na construção do sentido (SGARBIERI, 2006, p.387).

É nessa significação que utilizaremos a categoria gênero, visando refletir sobre esses discursos e essas relações no campo das representações de feminilidade dentro do contexto do Jornal Campinas e do Jornal tribuna do Sul de Araranguá do século XX. Para situar o papel dos periódicos impressos nessa análise, cabe fazer uso do conceito de gênero profundamente estudado pela historiadora Joan Scott e amplamente divulgado por pesquisas pautadas nos estudos de gênero, conceituação essa que já é tanto histórica quanto clássica (OLIVEIRA, 2012, p.14).

A mídia impressa desde há muito tempo reforça perfis adequados para homens e mulheres na sociedade, operando sempre através da construção de diferentes significados e mecanismos agregados a suas páginas, imagens, notas, manchetes, textos voltados a públicos específicos e escritos de forma pedagógica para que sejam facilmente aceitáveis. No que tange ao gênero, os periódicos incorporavam preceitos socialmente aceitos naquilo que estava dito e também nos não ditos, limitando as reflexões acerca das posições dos sujeitos no mundo, sempre sob um enfoque naturalista, positivista e determinista.

A Imprensa periódica atua reforçando aspectos sociais normativos, divulgando explicações e consolidando visões de mundo, que contribuem para o que Scott (1989) chama de processo de subjetivação dos sujeitos. De acordo com esta perspectiva, o processo de subjetivação ocorre quando os sujeitos se reconhecem no discurso, se identificando com todos aqueles aspectos construídos entorno dos

papéis sociais de gênero como a maternidade, a submissão, a delicadeza ao feminino, reservando as mulheres um espaço menos privilegiado. Tais aspectos são difundidos, desde a infância, por meio de discursos, normas e instituições. Aquele sujeito que não se identifica, que não se reconhece nessas atribuições está fadado a viver na invisibilidade e nas margens. Portanto, de forma compulsória muitos sujeitos são obrigados a seguir tais padrões, buscando se encaixar nos discursos da normalidade, sistematizando sua identidade e dos grupos, em uma concepção de mundo binário⁴.

Entendendo a imprensa como um local de tensões, conflitos e de disputas de poderes, o *Campinas* (1936), o *Tribuna do Sul* (1955) e de maneira geral, a imprensa escrita, representavam a sua própria época, o seu público leitor. Em suas páginas aparecem discursos que reforçavam os binarismos efetivando uma simbolização do que estava como dado e naturalizado no tecido social: a hierarquização do gênero, a subordinação das mulheres, a maternidade como primordial, a mulher como rainha do lar, a dupla moralidade, a inferioridade feminina e a valorização do papel das mulheres voltado ao ambiente privado, legitimando uma mentalidade patriarcal que delimitava estereótipos aceitáveis para a mulher (AMARAL, 2008). A decomposição como símbolos, significados, códigos e conceitos permeados nas relações de poder entre homens e mulheres são difundidos nas páginas dos periódicos e cooperaram na normatização da conduta e da instrução feminina no corpo social.

Assim, as mulheres são representadas nesses escritos conservadores e patriarcais como naturalmente donas de casa e responsáveis por tudo o que esteja ligado ao privado, inclusive a educação dos(as) filhos(as). Em uma tentativa de padronizar comportamentos e legitimar instituições, o feminino é visto como dócil, delicado, maternal, submisso, doce, puro e suave fortalecendo as supostas virtudes femininas (AMARAL, 2008, p.928). Nessa tentativa de homogeneizar o comportamento das mulheres, seus discursos sustentaram a construção de ser passivo, abstrato, incorpóreo e não personificado (KUAMOTO; LOSNAK, 2015, p.05). Nesses escritos dos jornais são exibidos padrões culturais baseados em normas ditas masculinas e femininas com a intencionalidade de exprimir uma

⁴O binário não fornece possibilidades para outras formas de existência humana que não necessariamente se identificam nesses opostos, renegando a anormalidade os sujeitos que estão “flutuando” entre esses binarismos.

suposta vocação privada e doméstica às mulheres em contraponto a também supostas particularidades masculinas. As masculinidades, na hierarquia das construções sociais e das posições ocupadas, compõem as dimensões desiguais das relações de gênero que persistem atualmente, em diferentes espaços, meios e relações sociais. Se nessa dinâmica, há uma tentativa de disciplinar as mulheres atribuindo um singular de feminilidade como aceitável, as masculinidades estarão compreendidas em outras prerrogativas, ocupando outros espaços, mais valorizados, apoderando-se de posições distintas das mulheres, tendo vivências diferentes. O que é feminizado é desqualificado, o que é masculinizado, é exaltado. Aos homens cabe o papel de provedores do lar, viris, másculos, fortes e racionais. Enquanto a mulher agiria por meio dos sentimentos e com o coração; o homem atuaria pela razão, solidificando o discurso de subordinação e disciplinarização das mulheres.

Além disso, os escritos e as publicações voltadas à informação e a leitura do público feminino salientaram um possível padrão civilizatório e necessário da família nuclear, legitimando o lugar da mulher nesse espaço como dona de casa, mãe e esposa. Para os jornais, aquela que se desvia da sua suposta natureza, da sua aparente potencialidade feminina, estaria indo contra as aspirações sociais e a felicidade como um todo. Nesse sentido, os discursos difundidos em tais periódicos limitam-se a assuntos domésticos, receitas de comidas, dicas para a limpeza das roupas e de como vestir-se, sugestões de como agradar o pai dos seus filhos/as, decoração do lar e outras temáticas relacionadas ao lar e ao campo dos cuidados com a família, filhos/as e marido. Ao difundir tais conjuntos discursivos os jornais contribuíram para a determinação de supostos padrões de comportamento que eram desejáveis para uma mulher, traçando formas de pensar e, principalmente, regras de conduta (KUAMOTO; LOSNAK, 2015).

As publicações relacionadas ao público feminino não estavam relacionadas aos demais temas publicados para além do espaço doméstico. Esse jornalismo dedicado às mulheres não dialogava em um sentido de situar as mulheres no espaço público, não posicionando as mulheres no contexto social. O jornalismo feminino operava com meia dúzia de assuntos, sempre sobre o privado. Havia um desligamento com o mundo real (KUAMOTO; LOSNAK, 2015, p.05). Os discursos eram também, moralizadores e em grande medida, religiosos, sempre evocando virtudes femininas relacionadas ao argumento biológico ou bíblico. Seus argumentos

possuíam entendimentos completamente distintos do que seriam “Interesses” masculino e feminino (OLIVEIRA, 2012, p.17).

A imprensa dedicada às mulheres não desnaturalizaram as atribuições sobre o feminino e não refletiram sobre outras possibilidades de existências e de protagonismos às mulheres. Sua atuação era normatizada e homogeneizada, em um tom de disciplinamento, criando padrões de feminilidade e determinando um conceito de mulher, de ideias, e daquilo que seria o fim último da civilização, representando aquela mulher que uma sociedade comandada por homens esperava ver (KUAMOTO; LOSNAK, 2015, p.04). Isto posto, a imprensa com temáticas voltadas às mulheres procede pragmaticamente em definir e dar visibilidade ao que vai ao encontro das normatividades patriarcais, construindo mulheres padronizadas e anulando a existência de outros tipos de mulheres (MAZER, 2013, p.04). Reproduzindo exaustivamente símbolos e códigos, atribuindo significados, tornando-se um gatilho para determinar papéis sociais, legitimar violências, corroborando com as barreiras do gênero em uma falsa dicotomia, os periódicos edificavam discursos no corpo social.

Para além das barreiras das generalizações e do determinismo destituído de argumentos, é válido problematizar o papel midiático e seu impacto no coletivo social. A representação jornalística opera nas concepções, influenciando, padronizando e disciplinando sujeitos. A imprensa feminina foi capaz de atingir metade do gênero humano e influenciar toda uma vida social (KUAMOTO; LOSNAK, 2015, p.04).

Pelo exposto, é crucial refletir sobre as subjetividades, sensibilidades e, sobretudo, acerca das múltiplas resistências em uma abordagem foucaultiana como uma ferramenta de sublevações que se faz presente ao longo do processo histórico em diferentes espaços e em dispares relações. Por conseguinte, convém ponderações em relação a afirmações de uma mídia como um “quarto poder”, refletindo sobre os limites de suas influências e principalmente sobre as resistências silenciosas ou não dos sujeitos na monotonia do cotidiano, não se limitando as superficialidades das generalizações e de conclusões reducionistas.

3. O CAMPINAS (1936) E OS ESTEREÓTIPOS DE UMA SUPOSTA FEMINILIDADE

Dentro dos veículos de comunicação, o jornal Campinas foi um material midiático impresso que circulou em Araranguá em meados do século XX. Os recortes pesquisados do Jornal Campinas são do ano de 1936, de janeiro a dezembro. O mesmo era de propriedade e direção de Durval Matos. Durval era descrito pelo jornal como um “obreiro do bem”, “baluarte da civilização”. O diretor também é caracterizado como alguém que “desbrava heroicamente” aquilo que se opõe a civilização e que deve ser amparado pela sociedade.

Tais recortes foram pesquisados no Arquivo Histórico de Araranguá. A linguagem e a escrita dos recortes não sofreram alterações, sendo transcritas exatamente como estavam publicadas nos jornais. O jornal se destinava ao público que assinava e recebia semanalmente seus exemplares. As matérias, quando assinadas, era por um primeiro nome apenas, dificultando a identificação do autor.

O Campinas se declarava independente, alegando que não estava ligado de forma alguma a partidos políticos, que não estava interessado por “política alguma” e que apenas observava os acontecimentos e comentava os fatos de natureza partidária estando de acordo com a “sã razão” e a opinião pública. Além disso, também afirmava que era amigo do leitor e fazia um jornal para “gregos e troianos”, nas entrelinhas, um jornal com uma suposta neutralidade, visando agradar o público em geral. Em muito de seus escritos fazia-se entender como porta-voz da sociedade, exaltando o poder da mídia como mediadora de conflitos sociais. Esse discurso pode ser identificado no excerto abaixo destacado:

A VOZ DA IMPRENSA – Especial para o <Campinas>. A voz da imprensa é o brado do povo, é o clamor da sociedade, é o grito das multidões, e o jornal é o quarto poder de uma nação, é o veículo mais poderoso das necessidades de uma coletividade. A localidade onde não há jornal é um organismo sem vida, é uma vida sem seiva, é a morte de um povo. (CAMPINAS, 19/07/1936)

Além de afirmar-se como politicamente neutro, o jornal Campinas também colocava-se como um “quarto poder” capaz de mediar e defender o interesse dos cidadãos e cidadãs para o bem caminhar de uma sociedade. O mesmo se posicionava também como um espelho capaz de refletir sem distorções a voz do

povo, sendo medida de desenvolvimento social para qualquer sociedade. Essa pretensa força que o jornal representaria é vista na analogia feita com o tribunal.

O tribunal, como órgão que se ocupa da função de executar a jurisdição, resolvendo ações judiciais, é entendido no Brasil como organismo que julga com eficácia, zelando pelo bem estar social, sem beneficiar as partes envolvidas. Assim sendo, o tribunal deve solucionar os litígios com uma suposta imparcialidade nesse ato de julgar os lados.

O Campinas, todavia, ainda que tenha se vestido da ideia do jornal como um tribunal, operou seus discursos em diversas publicações de forma facciosa. A mulher representada no Campinas era apontada de modo muito dissemelhante dos homens. Ademais, as maneiras de falar sobre o feminino e o masculino nunca foram equânimes nas páginas deste periódico.

[...] E'co da voz popular, é o jornal uma força impulsiva que atua milagrosamente na roda do progresso de uma nação. Mede-se a extensão do progresso de um povo pelo numero de jornais que entre ele circula. O jornal é um tribunal onde se julgam as questões mais graves de um povo, é a tribuna donde se ouvem as opiniões mais abalisadas. Sem o jornal não pode haver justiça, o direito periclita, o depotismo domina. Assinar, pois, o <Campinas>, é contribuirmos com nosso contingente para o progresso de Araranguá (...) (CAMPINAS; 19/07/1936)

Além de o Campinas estar, em seu contexto, se promovendo, objetivando que mais leitores assinassem o periódico e que os já assinantes mantivessem sua assinatura, uma vez que o interesse em atingir um status para atrair anunciantes é uma tática praticada por muitos jornais (LAPUENTE, 2015, p.07), o próprio não questionava esse poder para o progresso que dizia ter.

O jornal quando afirmou que supostamente representava um desenvolvimento progressivo, não problematizou a quem se destinava tal possível progresso e esse discurso do jornal como um “tribunal”, que julga e faz justiça estava posto e viabilizava a fundação dessas narrativas marcadas por uma concepção da mídia que tudo reflete, que tudo influencia e que exerce poder em seu contexto.

Na análise historiográfica, a importância de conhecer essa abrangência ocorre, sobretudo, pela necessidade de a história conhecer o impacto de um jornal na formação da opinião pública (LAPUENTE, 2015, p.09).

Esse suposto impacto veiculava também e precisa ser pensado a partir de sua potência em difundir as imagens tradicionais do feminino, já que em determinadas publicações as mulheres eram o seu público-alvo. Nestes periódicos

voltados totalmente ou parcialmente as mulheres, espelhavam o que uma sociedade patriarcal “achava” que interessava às mulheres e quais padrões deveriam seguir em seus cotidianos (RODRIGUES, 2004, p.04).

Desse modo o Campinas e outros possíveis meios midiáticos auxiliavam e modelavam as formas de pensar e agir, definindo papéis sociais, generalizando posições e interpretações que pretendiam ser compartilhadas e universalizadas, além de delimitar espaços, demarcar temas e mobilizar opiniões (LEITE; NETO, 2015, p.06)

Ainda esmiuçando tais nuances presentes no Campinas, pode-se observar que o próprio jornal se colocava como um meio de comunicação que aconselhava os indivíduos com relação ao rumo a ser seguido, que por sua vez, como veremos mais adiante, convocava a todas as mulheres a tomarem seu lugar no lar, caminho certo e destinado por Deus ao feminino.

O PROGRAMA DO CAMPINAS: [...] O jornal independente é o veículo da opinião pública e segue sobranceiro o programa que traçou no percurso de seu ciclo. O jornal isento de política como o <Campinas>, tem sempre diante de si, larga diretriz a indicar-lhe o rumo seguro a seguir, e não pode se desviar dessa róta, sob pena de mentir ao seu programa.[...] Amamos o próximo como a nós mesmo, segundo o preceito de Jesus. (CAMPINAS; 19/05/1936)

Por meio do texto acima destacado, é possível perceber como o discurso moralizador e cristão de “amor ao próximo” é manifestado no Campinas. Historicamente o cristianismo por meio de suas igrejas concebe um lugar subalterno às mulheres, colocando no centro de seus predicamentos o homem como a imagem e semelhança de Deus.

A situação das mulheres, nos primórdios do cristianismo, sempre esteve atrelada a uma posição subalterna com respeito ao seu papel protagonizado na sociedade cristã. O meio cultural e religioso legitimou lugares aceitáveis para as mulheres, justificando as desigualdades e os privilégios que estavam revestidos dos discursos do evangelho.

As expressões litúrgicas e suas aproximações com as publicações do jornal balizaram as concepções das funções e espaços aceitáveis para o feminino.

Esse jornal carregava em seus escritos as mais variadas temáticas relativas à região que de alguma forma ia ao encontro das necessidades de seus leitores e leitoras, materializando certo conservadorismo que havia na região de

Araranguá. No entanto, nem só de notícias políticas e econômicas se dedicava o jornal. O Campinas também apresentava ao longo de suas páginas impressas, escritos isolados destinados a públicos específicos. O Jornal não se dedicava exclusivamente às mulheres, no entanto, publicava em diversas seções trechos sobre o lugar social destinado a mulher e como esta deveria agir, determinando espaços e funções de sua suposta feminilidade.

Os recortes que tematizavam sobre as mulheres vinculavam-se ao perfil patriarcal de mulher universal, ou seja, de esposa, mãe e dona-de-casa. Nesse sentido, objetivava produzir imagens específicas sobre o feminino, reforçando estereótipos, limitando espaços e impondo representações aceitáveis de feminilidade, reforçando mecanismos que perpetuassem no imaginário coletivo uma concepção binária de universos completamente opostos entre homens e mulheres, construindo os papéis sexuais limitados.

A personificação feminina alicerçada na interpretação do Campinas configurava o que era considerado civilizado e socialmente aceitável ao dito universo feminino. Essa posição única no mundo era conclamada nas páginas impressas sob um pilar moralizador, civilizador e progressista, mediante um discurso pedagógico. No entanto é preciso levar em consideração essa concepção de progresso, a quem se destinava e como tal discurso reforçava os mecanismos que confinavam as mulheres no lar, na maternidade e nos trabalhos cuidados, como parte de uma missão sagrada.

“[...] Mas o que o lar adorna e o lar adora, é muito mais mulher e mais senhora que, a que mais seda gasta e luxo ostenta. Nós os simples queremos a mais pura, que tenha menos graxa e mais frescura, gostosa como um prato de polenta!...”(CAMPINAS, 05/01/1936)

O recorte acima destacado faz parte de um poema publicado em 1936 remontando novamente a perfis aceitáveis de mulheres. Ainda aqui, a publicação operou em duas concepções de mulheres, há aquela que se dedica ao lar, contribuindo com o mesmo, o adorando, e há aquela que prefere o luxo. A mulher luxuriosa ou soberba sempre foi vista com maus olhos pela sociedade judaico-cristã, pois representaria as forças incontroláveis da natureza levando o homem a sua derrota. Eva, por exemplo, por sua soberba e astúcia levou a humanidade a expulsão do paraíso, a mulher de Ló, desobediente ao mandato divino virou estatueta de sal. Esta construção social clássica opera em duas chaves opostas do

patriarcado. De um lado a mulher anjo, representação irretocável de Maria, do outro, mulher demônio, sedutora e luxuriosa por natureza, representadas por Eva, Pandora, Medeia, entre outras (LIMA, 2012, p.400).

Os valores socioculturais que são esperados do feminino vão ao encontro da mulher angelical, serva do lar e da família, aquela que renuncia aspirações individuais em favor de harmoniosas relações familiares e incorruptíveis valores morais. A mulher anjo seria a legítima materialização dos desejos divinos, afável e atenciosa ela dignificaria o corpo social no qual estava inserida tornando-o exemplo aos demais:

“As Belezas do Araranguá: Araranguá é uma das mais risonhas cidades do Estado [...] O ararangua’ense é hospitaleiro, cavalheiro e comunicativo. As mulheres são graciosas, amáveis e muito atenciosas.”(Campinas, 31/05/1936)

Ainda por meio do trecho destacado é possível perceber como o Campinas firmava o araranguaense em oposição aos indivíduos de outros municípios, em uma tentativa de construir uma identidade homogênea e com limite territorial em oposição a outras regiões.

A figura idealizada do feminino é aqui novamente “vendida” de maneira generalizada e imutável, não levando em conta que cada sujeito se constrói de maneira completamente heterogênea e em diferentes condições e vivências. As atribuições femininas e a sua imagem é traçada como um modelo comportamental e exigido pela sociedade (KUAMOTO; LOSNAK, 2015). Repetidamente o feminino é subalterno, gracioso e amável, nas palavras de Simone de Beauvoir: o segundo sexo.

Estes elementos são rotineiramente utilizados em nossa sociedade para definir o que é próprio das mulheres, seus limites e suas ações. Mesmo com o mundo inteiro para desbravar, a verdadeira mulher, em nome da nação e de sua família, optaria por não ultrapassar os limites demarcados pelo privado, pelo doméstico e por sua casa.

“**O LAR:** O lar é um pequeno Estado. O marido representa o Legislativo, a mulher o Executivo. Pairando acima desses dois poderes está o exercendo-se através da consciência de ambos os cônjuges. Quando esses poderes agem, cada um dentro de sua respectiva órbita de ação, o Estado prospera, reina paz e ordem entre o povo (filhos e domésticos) que, feliz, vai fruindo os proventos de um bom governo. O Estado torna-se respeitado, goza de ótimo conceito sendo uma potência cotada na política internacional (a sociedade). [...] O lar é também semelhante ao corpo humano. O marido é a

cabeça, a mulher, o coração. Filhos e domesticos, os demais membros e órgãos. O cérebro pensa, o coração sente. Tudo vae bem. O cerebro indaga, investiga, sonda, prescruta. O coração ama, sofre, goza e perdôa. A vida é inteligencia e é também sentimento, portanto depende do cerebro e do coração. A mã função de um ou de outro compromete a saude do corpo, destruindo o encanto do lar e, consequentemente a alegria de viver[...]" (Campinas, 27/09/1936)

Diferentes aspectos são passíveis de serem analisados nesse trecho intitulado "O Lar". O discurso do feminino como aquele que não pensa, mas age com o coração, com a emoção e não fundamentada na razão.

De acordo com Michelle Perrot, esta divisão é clássica na ocidentalidade evocando a inferioridade feminina no que condiz a tomar decisões importantes.

É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas "espécies" com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. As mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos. (PERROT, 1988, p. 177)

Esses princípios que organizariam a vida pública e privada explicam os porquês de as mulheres estarem condicionadas ao núcleo da esfera privada, não podendo ocupar cargos públicos, nem terem os mesmos direitos, pois homens e mulheres teriam supostamente vocações naturais diferenciadas, ou seja, a prevalência da ideologia de superioridade dos homens em relação às mulheres (FERNANDES, 2014, p.72).

É possível perceber que há uma complementaridade entre as funções concebidas como naturais para homens e mulheres que estão relacionadas a um determinado modelo de família. Ambos são considerados importantes nesse ciclo da vida, porém de forma hierarquizada. Constata-se uma valorização do feminino, mas sempre em contraponto ao masculino que é norma e modelo. Assim, a busca pela felicidade e por uma sociedade ordeira, só é possível se cada um estiver cumprindo seus deveres dentro de funções predestinadas, caso contrário, não há felicidade, nem ordem e nem paz.

Fica evidente que nos discursos do jornal Campinas concebeu-se uma única possibilidade de existência para mulheres e homens, a primeira no lar e o último como chefe de família, semeando e vale dizer, forjando aquilo que Michelle Perrot chamou de racionalidade harmoniosa da divisão sexual (PERROT, 1988). O homem é a cabeça, a mulher o coração, um é público, o outro é privado, um exerce

o poder social, o outro a administração do íntimo, um é razão, o outro é apenas sentimentos. Corroborando com esta interpretação de mundo o jornal Campinas anunciava em suas páginas no dia 27 de setembro de 1936:

“[...] Mulher! sois a rainha do lar, No lar, tudo depende de vós. Sem lar não ha familia, não ha sociedade, não ha patria, não ha felicidade na terra. E o lar é o nosso reino. Seja qual fôr vossa condição de momento – esposa, mãe, filha ou irmã – voltae-vos para o lar; sois ali chamada para salvar o homem redimindo o mundo. Não vos iludais: essa é a vossa missão.”
(CAMPINAS, 27/09/1936)

O destaque acima demonstra que na década de 30, havia uma preocupação com outras possibilidades de existência que poderiam fazer parte do universo das mulheres. Ao que parece havia uma total incompatibilidade entre alternativas de ações no mundo que não estivessem exclusivamente voltadas ao lar e a sua “missão” como esposa, mãe, filha ou irmã. O jornal ressaltava como prioridade o desempenho da mulher do papel de rainha do lar, tornando-se uma ameaça qualquer outra função social. Ao jornal, como porta voz social, preocupava qualquer atividade exterior às barreiras do espaço doméstico, pois isso poderia desestabilizar as tradicionais formas de organização do meio familiar e do matrimônio, controlando os corpos e a existência das mulheres.

No texto “O Lar”, construíam-se concepções coercitivas de feminilidade que perpetuavam mecanismos de dominação masculina subjetiva e que estavam encharcados de violência simbólica (BOURDIEU, 2014). Essa violência simbólica é concebida como um fator natural, respaldado em condicionantes biológicos e que além de expressar desmedidamente preconceitos, nos apresenta um diagnóstico pormenorizado de uma sociedade que forjou seu pequeno mundo hegemônico.

A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional. (BASSANEZI, 2004)

O estabelecimento dessa identidade feminina projetada pela mídia impressa colocava a mulher como “rainha do lar”, onde tudo dependia dela, romantizando uma violência simbólica que sobrecarregava as mulheres com todos os serviços domésticos alicerçando a divisão sexual do trabalho, neutralizando

possíveis questionamentos sobre o trabalho doméstico. As tarefas domésticas como cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos e limpar a casa eram consideradas deveres exclusivamente femininos (BASSANEZI, 2004, p.523). Além disso, a pátria, a felicidade, a família e a sociedade, quatro elementos tão valorizados no corpo social, estavam sobre responsabilidade da mulher “guardiã” dos bons costumes e que teria sido concebida com o desígnio de “salvar” o homem. Dessa forma, o fim último feminino estava em salvar o homem e redimir o mundo e todas as condições possíveis de existência feminina estavam alocadas nos papéis de esposa, mãe, filha ou irmã, sendo impedido seu deslocamento de qualquer uma de tais funções.

O discurso sútil e dado como neutro construiu o gênero como um marcador de discriminação e gerador de desigualdades que está disfarçado aqui como “graça natural, um encanto ou ternura “próprios” da mulher [...]” (OLIVEIRA, 2012, p.16). Uma idealização extrema da normatização e tentativas de disciplinar o feminino. Nesses escritos, não há trocas entre quem escreve e quem lê, prevalecem imposições, no lugar dos conselhos (OLIVEIRA, 2001, p.34). Assim, escrevia o Campinas:

“A angelical influencia da mulher na vida do homem: O poder da argumentação científica e filosofica do homem não opera os milagres que faz a meiguice de uma mulher que sabe suplicar com lagrimas nos olhos. [...] Isso vem a propósito do caso de uma moça que obteve, com a meiguice de sua voz súplice, o perdão de um condenado à pena última.” (CAMPINAS, 19/07/1936)

Aqui o Campinas propõe novamente uma relação semelhante com aquela que anteriormente associa homens ao cérebro e mulheres ao coração. Nessa junção tida como natural a seus respectivos gêneros, as mulheres teriam naturalmente a capacidade de conseguirem o que queriam, influenciando os homens com seu caráter angelical e sua meiguice. Essas características exclusivas circulavam e se articulavam ao imaginário social, cristalizando uma concepção feminina de doçura e capacidade de convencimento.

Foi a partir destas concepções que as mulheres foram entendidas como seres que agem nos bastidores, corroborando com o dito popular “Por trás de um grande homem, existe uma grande mulher”. A melhor maneira de as esposas fazerem valer sua vontade era usar estratégias sutis e subterfúgios, em outras palavras, aplicar o jeitinho feminino (BASSANEZI, 2004, p.527).

[...] as mulheres puxam os fios dos bastidores enquanto os pobres homens, como marionetes, mexem-se na cena pública. Inspiradora da decisão política, muitas vezes, tomadas “sobre o travesseiro”, a mulher, em si tão pouco criminosa, é a verdadeira instigadora do crime. (PERROT, 1988, p.168)

Esse perfil era amplamente difundido no Campinas, que difundia a ideia de que as mulheres não eram capazes de operar pautadas na razão, mas teriam capacidades de agir nas “sombras”, na “cama”, desvelando um feminino que também poderia ser perigoso e manipulador que se conformava como uma ameaça. A mulher era concebida como potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno, da ordem e da razão lúcida [...] (PERROT, 1988, p.168). As relações que emergem desses impressos forjam novamente o mito da feminilidade a-histórico e imutável.

Além disso, essa “influência feminina angelical na vida de um homem” sustentava os discursos de uma sociedade notoriamente heterossexual, com uma representação predominante das feminilidades e masculinidades em oposições muito bem definidas no campo das normatividades.

Cousas novas e cousas velhas: O inverno, este ano, está entre nós, desde abril, com seu importuno cortejo de chuvas e ventos frios. E' que as cousas saíram fóra dos seus eixos; não são como eram antigamente [...] As proprias mulheres inverteram seus papeis no convivio com os homens. Ja trajam <a la homme>, exercem profissão do homem; só não podem é viver do sexo <a la femme>. E' de esperar que o homem, por sua vez, viva <a la femme>, efemenize-se, traja saia, ande sentado sobre o selim, deixe crescer o cabelo, não mais use bigode e torne-se ama seca dos filhos. (CAMPINAS; 19/07/1936)

Nessas colocações, o Campinas reconheceu determinadas mudanças que poderiam estar ocorrendo na sociedade de Araranguá de 1936. Há inicialmente uma análise nessa publicação sobre como estaria transcorrendo alterações no meio natural, influenciando as estações. O jornal comparou essas mudanças climáticas relacionando com as mudanças que as próprias pessoas estariam operando em hábitos e modos nas relações sociais e nos papéis de gênero.

A publicação naturalizava esses papéis e compreendia os mesmos como estáveis, sendo considerado um perigo a ordem social qualquer desvio de comportamento. “Esta segmentação entre feminino e masculino está claramente expressa na imprensa”. (RODRIGUES, 2004, p.04). Havia uma crítica a tudo que

estivesse “fora do lugar” e o mundo dito das mulheres precisava estar bem definido, as formas de se vestir, as profissões e os cuidados com os filhos. O argumento baseava-se na ideia de que o homem “efemenizava-se” ao confundir-se com o feminino, quando tornava-se “ama seca” dos filhos e quando se dedica aos trabalhos cuidados. A maternidade e os cuidados são primordiais as mulheres. A mulher, nesse caso, poderia estar em uma busca de se parecer com um homem, mas não poderia viver “do sexo a la homme”, o que podemos analisar que esteja no campo dos privilégios em sua amplitude de possibilidades de viver do sexo masculino.

A imprensa feminina - direcionada exclusivamente às mulheres - “pasteurizava” a mulher, ou seja, criava um modelo ideal e sugeria que todas fossem dóceis tanto física quanto comportamentalmente (RODRIGUES, 2004, p.2). Assim sendo, a mulher ideal não era aquela que alterava os papéis supostamente fixos e naturais e nem aquela que cobiçava espaços e posições consideradas masculinas.

O QUE FALTA A NOSSA CIDADE: Em Araranguá não ha uma biblioteca [...] Poucas pessoas lêem e ninguém estuda [...] As moças apreciam mais do que os rapazes, uma boa literatura. Não é raro ver-se uma moça lendo nas horas não consagradas ao serviço doméstico. Raros são os moços que dedicam alguns minutos à leitura de uma obra de qualquer natureza. Estudai, mocidade de ambos os sexos [...] (CAMPINAS, 23/02/1936)

A questão da representação do feminino nesse recorte associava uma possibilidade limitada às mulheres. Elas são reconhecidas, mesmo que de forma bem universal e pelo senso comum, como aquelas que fazem mais uso da leitura, e mesmo que apreciavam mais a literatura do que os rapazes. No entanto, nessa representação discursiva, as mulheres continuam “consagradas” ao serviço doméstico. A isso, se junta outra problemática, as leituras das “moças” não representou uma ameaça aos padrões femininos e aos papéis de gênero, levando em conta que isso estaria sendo realizado em momentos não reservados aos trabalhos supostamente femininos. As tarefas domésticas não foram descartadas da agenda feminina. “As mulheres acumulam funções” (RODRIGUES, 2004, p.06).

O direito à instrução e a educação das mulheres foi incentivado, mas em horários diferenciados, o que implicava em uma análise de que esse discurso midiático salientava linhas de oposição entre o que deve ser alcançado por mulheres e homens.

Assim, a partir das análises de Vicente podemos entender que o Campinas ao propor tais interpretações sobre a realidade apresentava-se como uma espécie de manual que ditava regras sobre o comportamento feminino e por isso seus discurso foram significativos na construção das identidades de gênero (VICENTE, 2010, p.38).

A'S ANONIMAS: Nós abaixo assinados, <A Trinca>, viemos por meio deste responder á carta anonima publicada no numero 22 do <Campinas> e dirigida (segundo diz a mesma) por uma comissão de senhoras ao snr. Prefeito desta cidade no sentido de ser extinto o jogo neste município. Nós que somos jogadores, achamos que estas "senhoras" perderam uma boa ocasião de ficar caladas, porque péor do que o jogo existe outros fatos que as mesmas deveriam interessar-se mais, que é o de: certas mocinhas andarem com seus namorados, perambulando pelas ruas da cidade até altas horas da noite; tomarem parte em farras junto com a rapaziada, ficando com estes completamente embriagadas, como se deu pela festa ultima [...] Portanto cuidem mais estas "senhoras" de suas filhas (si é que as têm) e deixe-nos em paz. (CAMPINAS, 06/1936)

A carta resposta acima destacada representava a insatisfação dos homens da cidade com as reclamações públicas que determinadas "senhoras" teriam feito ao prefeito da cidade. Tais reclamações estavam relacionadas aos jogos que estavam ocorrendo na cidade.

É admissível refletir nessa análise sobre as justificativas que os homens utilizaram para desmerecer as supostas reclamações das mulheres. Com um intuito de conter as expressões femininas, a imaginada função da mulher no corpo social é rememorada como preocupação principal que elas deveriam apresentar, auxiliando o parecer masculino nesse exercício de fazer a mulher atentar para aquela que considerava ser sua principal função biológica e social: a maternidade (TURACK, 2008, p.02).

Nessa significação, descascando essa ideia, os homens repreenderam as mulheres, uma vez que perceberam que uma parcela das mesmas havia se desviado do espaço doméstico, circulando por outros espaços, participando no espaço público e desempenhando papéis, fazendo críticas a eles publicamente. As ideias das mulheres nessa publicação, foram consideradas indesejáveis tratando-as como "agitadoras" em uma esfera essencialmente dos homens, na qual elas não tinham legitimidade para ter voz.

Evidentemente, nesse contexto, era inadmissível ser criticado no espaço público por mulheres, mas seria simplista afirmar que as mesmas estavam

completamente passivas a isso. “As autoridades e os homens de ciência do período consideravam a participação das mulheres na vida pública incompatível com a sua constituição biológica” (RAGO, 2004, p.503).

A alternativa encontrada pelos homens foi criticá-las nesses códigos padronizados nos primórdios de uma sociedade sexista, lembrando a elas, suas funções de mães e responsáveis pela educação dos/as filhos/as, sendo esse seu ofício mais relevante.

A ameaça da tradição e, sobretudo, as mulheres assegurando voz e direitos na esfera pública, foi passível de pareceres construídos pelos homens que mais uma vez evocavam a missão feminina delimitada de ser mãe e rainha do lar.

Só muito recentemente a figura da “mulher pública” foi dissociada da imagem da prostituta e pensada sob os mesmos parâmetros pelos quais se pensa o “homem público”, isto é, enquanto ser racional dotado de capacidade intelectual e moral para a direção dos negócios da cidade. Pelo menos até a década de sessenta, acreditava-se que a mulher, sendo feita para o casamento e para a maternidade, não deveria fumar em público ou comparecer a bares e boates desacompanhadas, e a política ainda era considerada assunto preferencialmente masculino. (RAGO, 2004, p.504).

Se por um lado, o jornal delegava às mulheres essa função de cuidados, exaltando a magnitude do ser mãe como fim último feminino, por outro lado, vestia-se desse mesmo discurso para legitimar o silenciamento dessas mulheres em quaisquer outros âmbitos para além do espaço doméstico.

Não obstante, segundo a publicação, recaiam sobre as mulheres as totais responsabilidades sobre filhos/as. A valorização da função materna justifica-se no discurso pelo fato de as mães serem as grandes responsáveis por engendrar o coração das futuras gerações, dos futuros cidadãos (TURACK, 2008, p.08). No caso específico analisado, essa valorização materna é ainda mais vigorosa quando estava se referindo a educação das filhas.

A propósito, o discurso jornalístico do Campinas impôs valores diferentes à criação de meninas e meninos, se referindo apenas ao feminino quando critica o uso de álcool, as festas, os horários de estar na rua e os namoros. Incidindo sobre as mães novamente, a supervisão relacionada ao comportamento das filhas dentro e fora do espaço doméstico, garantindo que a educação das meninas estivesse de acordo com aqueles valores que se esperava na década de 30.

Ponderando sobre o Campinas de Araranguá de 1936, sua circulação e seu possível alcance, é importante, no âmbito historiográfico, descascar os discursos

mediáticos produzidos pelo mesmo que estavam retratando uma época, não como um espelho da verdade, mas como uma interpretação de grupos que também estavam inseridos nesse contexto e que também partilhavam de valores, propósitos, entendimentos e maneiras de construir o outro.

O jornalismo do Campinas era representado por vozes masculinas que ditavam representações de feminilidade, controlando, disciplinando e construindo o feminino de acordo com os padrões ideais vigentes.

Sendo assim, eles selecionam e constroem o que definem como noticiável, ou seja, recorrem aos valores-notícia que, segundo Nelson Traquina (2004: 119), são um “elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham”. (CERQUEIRA, 2008, p.140)

Nessa perspectiva, conclui-se a partir do discurso midiático retratado no Campinas como material cultural, uma possibilidade através do meio midiático de janela para o passado. Conclui-se, assim, que a distribuição das vozes no discurso jornalístico é desigual e, neste domínio, as mulheres parecem estar no lado dos “invisíveis” ou “visíveis” com pouco destaque (CERQUEIRA, 2008, p.140).

Assim, compreende-se a luz do contexto, o peso das hierarquias, as escolhas dos jornalistas, a desigualdade de gênero nas publicações, os privilégios masculinos e com isso, uma possível legitimidade da dominação masculina pautada também em vozes jornalísticas que se colocavam como “tribunal” da coletividade.

4. O TRIBUNA DO SUL (1955) E O “ABC DA MULHER MODERNA”

O modo de ver o mundo e as reprodutibilidades simbólicas também se faziam presentes, e de forma exaustiva, no Jornal “Tribuna do Sul” de 1955. O Tribuna do Sul, que se intitulava também como “O espelho fiel dos fatos”, assim como o Campinas, circulou em Araranguá em meados do século XX. Os recortes do jornal são de 1955, um período entre maio a agosto e também foram preservados pelo Arquivo Histórico de Araranguá. O Jornal teve como diretor A. César Machado e como gerente Agilmar Machado. As publicações ocorriam uma vez por semana, aos domingos.

Os escritos analisados faziam parte do que o jornal denominou de “O ABC da Mulher Moderna”, uma coluna exclusiva para mulheres que se dedicavam a uma suposta autonomia doméstica. A escritora da coluna se chamava Maria Luiza, no entanto, não foi encontrado nada a respeito da mesma, podendo ser apenas um pseudônimo.

O “ABC” se dividia em tópicos que eram basicamente “para você meditar”, “para sobremesa”, “para o seu lanche”, “pensamento”, “saiba que...”. Todos relacionados a questões domésticas, receitas de comidas, maternidade, cuidados, felicidade conjugal e comportamentos femininos. A assinatura do Tribuna custava Cr\$ 70,00. A redação se localizava na Praça Hercílio Luz, no centro da cidade de Araranguá.

A mulher a que se dedicava a coluna do jornal tinha um perfil bastante específico e atrelado a padrões normativos que supostamente representavam o feminino, que naturalizados se dirigiam ao encontro do que era aceitável para às vivências femininas. No entanto, cabe ressaltar que este perfil não contemplava todas as mulheres da sociedade de Araranguá, levando em conta que nem todas se identificavam com esses discursos. Algumas precisavam trabalhar fora, assumir o sustento da casa e dos filhos, trilhar rotineiramente por caminhos talvez não considerados ideais para uma mulher e que nesse sentido essas não estavam contempladas nessas publicações da “mulher moderna” do jornal, por desviarem do considerado normal.

Carregado de um discurso normatizador, o jornal, como expressão de seu tempo, em nada contribuiu para romper com as barreiras do gênero presentes

na década de 50, mas assim como o Campinas, padronizou, definiu e delimitou o lugar das mulheres na sociedade araranguense.

“As mulheres dos anos dourados” nas palavras de Carla Bassanezi (2004), sofreram outras formas de coerção, agora camufladas em diferentes discursos que sugeriam o retorno ao lar. O contexto Pós-Segunda Guerra no Brasil proporcionou novas práticas sociais, ampliando as pessoas novas formas de sociabilidades e possibilidades de acesso às informações, no entanto, os papéis de gênero continuaram muito demarcados, incitando um controle sobre as mulheres que estava camuflado em um ideal de modernidade.

No entanto, destoando um pouco do Campinas, o Tribuna, refletindo o contexto social vigente, supostamente mostrava-se preocupado com as mudanças sociais elaboradas a partir do final de Segunda Grande Guerra. Assim, de caráter um pouco menos conservador, se comparado com o Campinas, o jornal Tribuna, por meio de seus escritos, difundia um discurso sobre a “mulher moderna” que precisava manter-se bem informada e ter “noções elementares”. Manter-se bem informada e ter noções elementares na década de 50, remetia-se a uma mulher que dominava os saberes domésticos, os cuidados com filhos e marido e que, além disso, soubesse conversar sobre assuntos que agradavam aos homens (BASSANEZI, 2004, p.509). Contudo, assim como outros veículos de comunicação nacionais o que se queria fazer chegar às leitoras era uma mudança controlada de comportamento. A mulher moderna que se queria era aquela instruída, mas não o suficiente para romper com os paradigmas patriarcais de confinamento no espaço doméstico.

As distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do homem, o “chefe da casa”. Se o Brasil acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina – impulsionada com a participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico –, também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade. (BASSANEZI, 2004, p. 509)

Esses discursos bem demarcados sobre papéis femininos e masculinos não estavam descolados do contexto vigente e refletiam a necessidade de uma emancipação controlada. Nas publicações semanais do “ABC da mulher moderna”, reforçava-se que as mulheres modernas deveriam estar sempre atualizadas em

assuntos que estivessem relacionados à servidão familiar, a moral social e aos parâmetros ideais para o casamento e a maternidade. Nesse sentido, solidificando elementos da cultura, o Tribuna formulava um discurso de mulher moderna e autônoma voltado para a “autonomia doméstica”, priorizando as mais diversas atividades voltadas ao lar e, formando nas palavras do jornal, a dona de casa “hábil e capaz”.

O “ABC”, compactuando e refletindo a organização social dos anos 50 no Brasil, defendia um ponto de vista da moral que exaltava supostas virtudes femininas. Desse modo a primeira publicação que justificaria a criação dessa coluna apareceu enaltecendo a importância para as mulheres de serem autônomas no espaço doméstico, sabendo lidar com os problemas que o mesmo provocava, numa tentativa de traçar modelos comportamentais e aceitáveis para a sociedade de 1950. Assim em seu primeiro texto o “ABC” argumentava:

Autonomia Doméstica: O velho provérbio “quem quer faz, quem não quer, manda, tem validade, até certo ponto. Não basta querer fazer: é preciso, também “saber fazer”. E uma dona de casa, não obstante hábil e capaz, não pode substituir quem dedica todo o seu tempo a um determinado gênero de atividade, como tinturaria, trabalhos de passar, costura, chapelaria, sapataria e peleteria em geral. Pode, no máximo, aprender as noções elementares desses misteres e manter em ordem o ser guard-roupa e o de seus familiares, evitando, assim, recorrer sempre a dispendiosos auxílios. Visando êsse propósito, é que iniciamos hoje nossa modesta secção, onde abordaremos assuntos, os mais variados, relacionados com pequenos problemas domésticos. (Tribuna do Sul, p.2, 15/05/1955)

O moderno apresentado em suas páginas e a suposta autonomia feminina em nada colaborou no difícil processo de emancipação feminina, mas assim como o Campinas e outros meios midiáticos do período assessoravam essa abstração de um aparente consenso social sobre a moral e os bons costumes (BASSANEZI, 2004, p. 509). Assim, o discurso da subordinação feminina e do único espaço de existência e permanência das mulheres prevalece tão somente. Ainda segundo a autora, havia diversos outros meios de comunicação e propaganda que favoreciam esses discursos:

As páginas das revistas que tratavam de “assuntos femininos” nos levam ao encontro das ideias sobre a diferença sexual predominantes nessa sociedade. Jornal das Moças, Querida, Vida Doméstica, Você, as seções para mulher de O Cruzeiro traziam imagens femininas e masculinas, o modelo de família – branca, de classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos – regras de comportamento e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal. (BASSANEZI, 2004, p. 509)

Encharcado de construções binárias, nos escritos do jornal Tribuna do Sul, em consonância com outros periódicos que circulavam no mesmo período em diferentes localizações do território brasileiro, o feminino ainda era naturalizado a partir de concepções que destinavam às mulheres ao casamento e a maternidade. No que concerne aos discursos que foram produzidos pelo “ABC da mulher moderna”, pode-se afirmar que eles foram balizadores da feminilidade tentando enquadrar as mulheres em um paradigma ditado socialmente, ditado por homens. Essa perspectiva pode ser verificada no recorte a seguir:

“Para você meditar...: Lar é o riso da criança, a candura materna, a autoridade do pai, calor de corações dedicados, luz dos olhos felizes, afeto, lealdade, camaradagem...Lar é a primeira escola, o primeiro templo das crianças. Aí aprendem o que está certo, bom, o justo. Lar é para onde os jovens voltam à procura de conforto, quando estão feridos ou doentes, onde a alegria é dividida e a tristeza partilhada, onde pais são amados e as crianças desejadas e queridas. Onde o dinheiro não é tão importante quanto a ternura. Onde até a chaleira canta de felicidade. Isso é lar. Que Deus o abençoe!” (Tribuna do Sul, p. 2, 19/06/1955)

“Dos Grandes sôbre os pequenos “O futuro de uma criança é sempre obra de sua mãe” (Tribuna do Sul, p. 2, 19/06/1955)

De modo geral, o “ABC da mulher moderna” procedeu nessas asserções, com tópicos “para você meditar”, “saiba que...”, “lê e medita”, “para seu lanche”. Frequentemente atuando na defesa de um tipo de feminilidade os assuntos abordados ficavam circunscritos a receitas de comidas, manuais de cuidados com os filhos e a casa, além de pequenos textos sobre o lar e a função da mulher na humanidade.

No texto acima destacado, intitulado “para você meditar”, um tipo padrão de lar foi retratado pelo Tribuna, contribuindo para os discursos de uma dimensão única de constituição e formação familiar e de limitada possibilidade de vivência no privado, invisibilizando quaisquer outras formas não tradicionais e patriarcais. Ainda operando nesse discurso, o lar retratado, configurava uma proporção eterna, como se suas vivências tivessem que ocorrer sempre da mesma maneira, não sendo influenciado por mudanças do contexto social. O lar não era retratado como histórico, fruto das condições humanas e inserido em um meio que se modifica o tempo todo, mas como sempre agradável, sempre confortável e sempre o produto de alegria e felicidade, uma constituição pronta e imutável.

A partir desse ponto, o discurso criado pela mídia, de um modo geral, assume formas de regulação social que produzem e constroem identidades e que exercem uma função pedagógica (SALERNO; CUNHA, 2011, p. 132). Desse modo, a constituição do lar retratado pelo Tribuna foi aquele onde tudo deveria ser tratado na dimensão do compreensível e sem lugar para tristeza. As questões financeiras nesse lar não foram colocadas como um problema, excluindo as problemáticas que envolviam as desigualdades de classes.

Assim, regulando social e pedagogicamente, o Tribuna apesar de estar inserido em um contexto de suposto desenvolvimento e com ares de modernidade e progresso, não abria mão de ideários conservadores que orientavam as mulheres a dedicarem-se aos maridos, aos filhos e aos trabalhos domésticos, enquanto ao homem caberia a tarefa de sustentar este lar (SALERNO; CUNHA, 2011, p. 128).

O amor era naturalmente posto no discurso do lar, o que desconsiderava quaisquer possibilidades de conflitos familiares, do não desejo pelos filhos e dos abandonos paternos. O amor materno nessa concepção de lar era apresentado como vital para a constituição da família, indo ao encontro com as palavras de Elizabeth Badinter, o mito do amor materno:

A compreensão do significado do papel de mãe em nossa cultura passa por esses dois fios condutores que tecem o imaginário e definem a moralidade e ética da maternidade. Construída na dimensão simbólica como fato biológico, e interpretada como decorrência natural do ato sexual e da gravidez, a idéia de maternidade reflete as mesmas crenças que orientam as relações de gênero e os valores atribuídos a cada sexo. (PORTO, 2011, p. 56)

A função da maternidade no contexto do pós-guerra, em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes são reafirmados e centrados no suposto destino das mulheres. Para a mentalidade da época essas eram características tidas como naturais e determinavam quais os espaços onde homens e mulheres deveriam atuar (MATOS, 2010, p. 2). O caráter domesticador do papel de mãe é bastante evidente já que somente por meio dele as mulheres cumpriam sua função social (PORTO, 2011, p.61).

Nesse último recorte, os papéis sociais dentro do lar representavam a característica amável e inocente da mãe que estava em contrariedade com a autoridade do pai. A autoridade masculina no período analisado constituiu essa formação familiar patriarcal e se apresentava como naturalmente dada. As funções maternas, essa vocação prioritária era a marca da feminilidade da época e estava

impregnado no processo de educação das mulheres (MATOS, 2010, p.03), o que certifica como o Tribuna refletia essa sociedade, estando inserido nesse quadro geral.

A condição masculina corroborou com esse suposto lar feliz e agradável, onde tudo ocupava seu lugar e função. O pai exercia o poder supremo nas relações familiares. Isso também significa dizer que há partes sexuadas no lar (BOURDIEU, 2014), antagonizando, cozinha e escritório, por exemplo. No entanto, é importante refletir que apesar de as mulheres não deterem o poder absoluto do lar frente a autoridade masculina, elas detinham poderes pulverizados que cotidianamente enfrentavam a força masculina (PERROT, 1988). São essas as mulheres, que no privado e longe da participação do patriarca, são consideradas as responsáveis únicas pelo futuro dos/as filhos/as e nesse sentido são encarregadas dessa “difícil missão” da educação das crianças.

A maternidade aqui colocada é supervalorizada. As mães possuem “os destinos do gênero humano” (PERROT, 1988). Assim, é admissível afirmar, recaia sobre as mulheres uma normatização de seu comportamento, disciplinando suas mentalidades, já que eram as responsáveis únicas pelo futuro da nação. Ser mãe era sinônimo de civilidade, o que consolidava a maternidade como um ideal feminino. É concebível ponderar, que a fala do jornal era baseada em fundamentos religiosos, cristãos e em um tom bastante moralizador.

Outro recorte analisado em outra coluna do “ABC da mulher moderna” trazia uma reflexão para mulheres em sua relação com a maternidade:

“Para você meditar... Ser mãe é uma tarefa tão complexa e maravilhosa, que ilumina tôda a vida da mulher, a qual, na Criação, recebeu a melhor parte, pois o palpitar do filho dentro de si encerra a afirmação de seu amor, a realidade, a doçura de sua obra. Ser mãe é ser perfeita, não se contentar com a mediocridade, com os caprichos do momento; pensar antes de tudo na repercussão que suas ações terão no seu filho; no dever que tem para com a sociedade e para consigo própria de educá-lo bem.” (Tribuna do Sul, p.2, 29/05/1955)

Nos anos 50 e no Tribuna, a maternidade era exaltada como fim último da vida feminina, que era privilegiada por ter recebido a melhor parte da criação divina, a de carregar dentro de si o destino da humanidade. Nos anos 50 a vocação natural para a maternidade correspondia aos ideais de um sistema político, social e cultural que delegava às mulheres a função reprodutora de forma universal e a-histórica. (SALERNO; CUNHA, 2011, p.133). A esse respeito, Porto afirma:

Portanto pensar a maternidade, as estratégias sociais que valoram comportamentos e validam políticas e técnicas de reprodução humana, passa, necessariamente, pela análise da forma como é partilhado o poder entre os sexos. O simbolismo que confere sentido ao sexo e à reprodução e delinea o comportamento revela a assimetria sexista. Sobre essa desigualdade são construídas as relações sociais que alimentam a hegemonia, acentuam a concentração de poder (...) (PORTO, 2011, p.59)

O amor materno era dado como consequência da maternidade, imutável e como condição primordial. Ser mãe era uma tarefa inquestionável no seio social, sendo reforçado esse papel por demasiadas instituições e também pelos meios midiáticos, que era o caso do Tribuna.

A mulher considerada perigosa e sorrateira, a potência sedutora da eterna Eva foi transfigurada na representação feminina de Maria com a maternidade, um símbolo ideal feminino. (PERROT, 1988) A maternidade representava então, um referencial de civilidade, uma porta de entrada ao que era imprescindível a felicidade feminina e de quem estivesse próximo a ela.

A interpretação do mito mostra que a desobediência, a mentira, a lascívia, perfídia e a corrupção, associadas à Eva, estendem-se ao gênero feminino e escondem-se no íntimo de todas as mulheres, que carregam desde então esse estigma. Sendo a própria tentação é delas a culpa por induzir o homem ao pecado original. Por isso recaí sobre elas o ônus da maternidade, que as condena a procriar de forma dolorosa. (PORTO, 2011, p.60)

Por meio deste debate podemos aferir que as mulheres tornaram-se as únicas responsáveis pelo futuro e educação de seus filhos, utilizando para tal empreendimento valores cristãos e conservadores, não podendo ser a responsável por maus hábitos que estavam pairando no tecido social. A condição feminina foi cristalizada nessa concepção de sociedade. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade (...) (BASSANEZI, 2004).

Em outro recorte, é possível analisar o discurso da “boa esposa” e as tentativas de convencer as mulheres da sua suposta condição. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina (BASSANEZI, 2004, p. 510). Sendo assim, o Tribuna também operava sob essas recomendações:

“Para você meditar Como espôsa deves proporcionar a teu espôso o que torna um lar agradável: tu mesma e a tua casa sois o mundo no qual se

abrigou o marido. Nêle quer o espôso achar sossêgo, nêle constituir sua família e nêle ser feliz. Quanto homem anda em caminhos errados e se perde, porque aquela da qual havia de tudo esperar, não lhe quis dar um verdadeiro lar. Onde a espôsa oferece espírito doméstico, desvêlo, ordem, asseio, providência, onde vive de coração e alma para o marido, onde êle se sente amado, compreendido, se vê seguro. Quem forma o lar é o coração da mulher. Constituir êste templo de felicidade, formar um santuário de teu lar, é teu dever de honra peculiar.” (Tribuna do Sul, p.2, 12/06/1955)

O trecho acima evidenciado dedicou-se exclusivamente a orientar as mulheres casadas a agradarem e servirem seus maridos. O matrimônio foi para norma social vigorante, uma tentativa de civilizar o feminino na subordinação ao masculino. Nesse sentido é possível perceber que “civilização” significa, em grande medida, a dominação da mulher (PORTO, 2011, p.60). Nos anos 50 atribuiu-se uma significativa importância ao matrimônio, ao lar e a família como elementos constituintes da felicidade da mulher, indiferente de classe social e raça/etnia. De acordo com esta perspectiva o espírito doméstico apareceu aqui como características da plena dedicação feminina para garantir que o marido se sentisse amado e seguro.

O discurso se assemelhava a uma antiga pregação de “segurar o homem”. Nesse sentido, esmiuçando nas entrelinhas, o texto justificava que o triunfo e o andamento do bom matrimônio recaíam exclusivamente as mulheres. Corroborando com essa afirmação, Carla Bassanezi afirma:

Essas afirmações não surpreenderiam uma esposa comum criada nos moldes das mulheres de classe média dos anos 50 no Brasil. Sendo herdeira de ideias antigas, mas sempre renovadas, de que as mulheres nascem para ser donas de casa, esposas e mães, saberia da importância atribuída ao casamento na vida de qualquer mulher. Teria aprendido que homens e mulheres veem o sexo de maneira diferente e que a felicidade conjugal depende fundamentalmente dos esforços femininos para manter a família unida e o marido satisfeito. (BASSANEZI, 2004, p.508)

Nos anos 50, era comum ser tolerada a traição matrimonial masculina e desse modo o Tribuna compactuando com os padrões sociais, argumentava que se o marido “caminhar por caminhos errados”, não seria culpa dele, mas sim da esposa que não soube lhe dar um verdadeiro lar. As mulheres casadas desse período compreenderiam que homens e mulheres viam o sexo de maneira diferente, quase sempre propagados nos conselhos de uma mãe à sua filha, nos romances para moças e em outros discursos (BASSANEZI, 2004, p.508). Assim, a poligamia masculina foi construída historicamente como uma esfera do biológico, incapaz de

fazer parte de uma construção cultural, mas sim como uma verdade que tem uma dimensão que ultrapassa tempos e barreiras territoriais. “Qual mulher inteligente que deixa o marido só porque sabe de uma infidelidade? O temperamento poligâmico do homem é uma verdade; portanto, é inútil combatê-lo”. (BASSANEZI, 2004, p.508). Assim operavam as práticas sociais da década de 50, que estavam presentes também no jornal Tribuna do Sul.

A imprensa aqui caracterizava perfis, funções e ações que estavam em conformidade com o próprio encadeamento dos anos em que atuava. As mulheres, metade da população de Araranguá do século XX, precisavam estar em conformidade com os padrões morais vigentes, aceitando seu compromisso de educadora moral. Seguindo nessa análise do compromisso social das mulheres que estava em harmonia com os pressupostos sociais, o Tribuna publicou em sua coluna “ABC da mulher moderna” uma dica para as mães sobre o dia dos pais:

“Um lembrete para você: o dia dos pais - Uma das alegrias que a família nos proporciona é o fato de que, pelo menos enquanto nossos filhos forem pequenos, seremos considerados como a pessoa mais importante do mundo. E você, mãezinha, já notou como seus filhos admiram o “papai”? A hora de sua chegada à casa é uma festa, o que ele diz, o que ele faz é o que de mais importante há para o seu garotinho ou a sua garotinha que irá esperá-lo para lhe dar o seu abraço o seu beijo de boas-vindas. quando volta do serviço. No próximo domingo, dia 14, comemora-se o “DIA DO PAPAI”. Prepara-lhe uma pequena surpresa com seus garotos [...] terão um significado todo diferente. Você verá a alegria do seu marido, a satisfação dos seus filhinhos por poderem proporcionar ao seu “PAPAI” essa manifestação de sua estima, de seu amor.

Algumas sugestões: Uma gravata (...), uma cinta, uma camisa, um isqueiro, um cinzeiro diferente, algum objeto para sua escrivaninha. Se ele gosta de charutos, dê-lhe uma caixa de boa marca. Um chaveiro também não ficaria mal. Quem sabe, até uma xícara bonita que use diariamente.

Mas creia que seja qual for o presentinho de suas crianças, num bonito pacotinho e com um cartão alusivo à data, deixará seu marido alegre, sabendo que valeu a pena ter sacrificado a sua “liberdade” em troca do “lar, doce lar”...” (Tribuna do Sul, p.2, 07/08/1955)

As datas comemorativas também corroboram na construção social e hierarquizante do gênero. As datas, como dia dos pais e dia das mães estão saturadas de representações do que seriam masculinidades e feminilidades aceitáveis. Tais datas foram exaustivamente comemoradas, lembradas e incentivadas principalmente nas escolas, onde alunas e alunos oferecem pequenas lembranças para seus progenitores.

Em grande medida, os utensílios presenteáveis as mães e aos pais determinam espaços e funções, demarcando os limites ocupados. De modo muito sutil, ou não, as escolas e a mídia propagam presentes de uso doméstico as mães,

que se destinam exclusivamente ao privado como lembranças ideais para a data. Em contraponto, o dia dos pais é marcado por presentes de uso exclusivo ao ambiente público e ao trabalho, formalizando a condição paternal como provedora do lar. Além disso, o papel paternal representa aquele que é o mais importante, justificado no recorte, onde as crianças “admiram o papai”. Com relação aos modelos familiares, o Tribuna repetidamente sustentava a existência exclusiva da família nuclear, que por sua vez era retratada também como modelo de felicidade, o que não estava descolado do modelo/família de forma geral da coletividade social dessa metade do século XX.

É possível analisar uma invisibilidade gritante quanto a outros modelos de famílias, onde em grande medida, nas classes subalternas, as mães assumiam o sustento da família e precisavam circular por lugares considerados masculinos.

Outro ponto questionável nesse escrito do “dia dos pais” condiz com o marido ser agradado e saber que valeu a pena ter sacrificado sua liberdade em troca do lar. Tão somente, o marido era construído no discurso como aquele que estava fazendo um grande feito, honroso em trocar sua liberdade (atribuição considerada natural ao masculino) pelas “algemas” do casamento, ideia tão difundida ainda no século XX por boa parte da sociedade brasileira.

Recaia sobre o feminino essa imensa responsabilidade de convencer o homem a abrir mão de sua liberdade em favor de um lar feliz. A mulher ideal deve ser santa, casta, abnegada e pronta a servir ao marido e à família (PORTO, 2011, p.61). Historicamente no Brasil, a dedicação exclusivamente ao lar cabia ao feminino. Ao masculino cabia a soberania. No entanto, nessa sociedade, aquela mulher que conseguisse reverter o destino masculino e convencê-lo dos prazeres do lar, da qualidade paternal e do ambiente familiar, teria cumprido sua função de boa mulher, boa esposa e boa mãe. Nesse seguimento, constatou-se outro discurso que instigava inclusive, uma disputa entre as mulheres:

Um marido ideal é aquêle que tôda mulher pensa que a outra tem. (Tribuna do Sul, p.2, 15/05/1955)

Para você meditar...É uma ilusão acreditar que um povo possa ser bom e virtuoso, sem que as mulheres não o sejam. A família é a verdadeira base da unidade social. Se o pai é a cabeça, a mãe é o coração da família; e os grandes pensamentos e as grandes ações surgem do coração. (Tribuna do Sul, p.2 15/05/1955)

Na tentativa de convencer as mulheres de sua importância no corpo social, utilizavam-se recursos discursivos que de maneira bastante estereotipada lhes era atribuído lugar de importância. Nesse discurso, as grandes ações surgiriam do coração, mas certamente, cabe analisar e problematizar que essas ações estariam limitadas ao espaço privado e novamente a imagem da mulher não como a que realiza, mas aquela que “instiga e convence nos bastidores”, revalidando o jornal, aquilo que pensava e assentia esse círculo social nesse contexto.

Na outra colocação desse mesmo recorte, foi uma tentativa de colocar mulheres como “rivais”, umas contra as outras, consolidando a impressão de que elas eram responsáveis por disputar um marido ideal, na ideia de que “vença a melhor”. Assim, as mulheres interiorizavam a obrigatoriedade de se encaixar em padrões comportamentais que agradariam futuros maridos, aperfeiçoando suas feminilidades. Aqui, a mulher está impotente para refletir acerca de, sua própria condição (ARAS; MARINHO, 2012, p.102)

O Tribuna também utilizou de uma concepção religiosa, o que era bastante comum nos anos 50 para explicar e justificar a condição do feminino:

“SÔBRE A MULHER – A coisa maior e mais bela que o eterno DEUS TRINO infundiu na natureza da mulher como reflexo se seu próprio ser que exprime a essência é o “ETERNAMENTE FEMININO”, servidão singela, forte e divinizada.” (Tribuna do Sul, p.2, 05/06/1955)

Nessa concepção religiosa e cristã/católica, historicamente o feminino foi visto como sinônimo de servidão, sob um pilar divinizado. Essa servidão além de naturalizada foi posta como algo singelo, algo aceito pelas mulheres sem maiores complicações. É em um sentido ingênuo, banal e sem resistências que a sujeição feminina foi instituída no imaginário. Dessa forma, o Tribuna acompanhou aquilo que era constituído no corpo social e o reproduziu em seus escritos.

Essa submissão das mulheres foi ainda estabelecida sob um parecer de algo íntegro, sempre estável, atestando e, vale dizer, exteriorizando algo que não estava passível de questionamentos. A disseminação dessa estratificação das mulheres foi pautada em uma “natureza feminina”. Assim, se reverbera um [...] “ideal” de mulheres e homens com elementos da ideologia católica, quando a mulher é comparada a elementos místicos e religiosos, reforçando e cristalizando uma sociedade hegemonicamente masculina. (FERNANDES, p.74, 2014). Conforme coloca a autora:

[...] para a Corrente Católica, as mulheres passam a ser consideradas valiosas na implantação de um projeto reformador e educativo da sociedade, mas de cunho conservador, expressando-se de forma rígida e restritiva em relação a elas. Para a Corrente Católica, a hierarquia familiar deveria constituir-se por um marido que decide e governa o lar, abaixo dele uma esposa fiel e respeitosa, e por último, os filhos submissos e obedientes às decisões paternas; em relação ao trabalho, defendia que o homem deveria ser o responsável pela manutenção econômica da família e pelo trabalho externo, enquanto a mulher cuidaria do lar, da procriação e da educação dos filhos. (FERNANDES, p.46, 2014)

Finalizando a análise dos recortes e retomando o contexto dos anos 50 e a tentativa de se criar novas formas de disciplinar as mulheres a partir de um discurso modernizante, se inseriu no “ABC”, o que era uma preocupação social do período, uma investida para controlar e regular o comportamento das mulheres mais jovens também, tendo em consideração que os/as jovens estavam experimentando outras formas de sociabilidades a partir de novas mudanças e experiências sociais. Assim, destacamos a seguinte publicação do “ABC”, dessa vez destinada as “mocinhas”:

Para você, Mocinha: Uma pequena consideração... Os rapazes se aborrecem com as mocinhas frívolas que só cuidam de tualetes (mesmo que estas sejam para agradá-los). Se uma moça tem um corpo bonito, ótimo para ela” Nós também o apreciamos. Se ela tem bom gosto para vestir-se... melhor ainda. Mas... se deixa transparecer a idéia de que as roupas são a coisa mais importante do mundo, o efeito é desastroso. Incrível como pareça, por bonita que seja a pequena, êste modo de pensar e vestir-se (com a única preocupação de roupa) torna-a cacête. Instrua-se um pouco e procure conversas que condigam com os seus companheiros. (Tribuna do Sul, p.02, 03/07/1955)

Cientes das oscilações culturais e sociais, o jornal cooperou nesse processo de fazer as críticas que julgavam necessárias, e dessa vez às meninas mais jovens, ainda solteiras. Essas deveriam ser o arquétipo da moça bem comportada, bonita e discreta; uma moça que é digna para se investir num relacionamento duradouro (MULLER; SCHMIDT, 2017, p.7). Essa preocupação com o destino das jovens era ocasionada pelas supostas influências externas, que alteravam os hábitos da juventude no Brasil e se fazia necessário supervisionar aquilo que chegava a juventude e principalmente às meninas. Era grande o medo de que as mocinhas se desviassem do bom caminho, a educação moral e a vigilância sobre elas se faziam necessárias (BASSANEZI, 2004, p.510).

Assim, o discurso operado tanto socialmente, quanto pelo Tribuna, foi aquele que buscou julgar o comportamento feminino e moldá-lo de acordo com aquilo que era esperado pelo masculino. No espaço do privado já havia um

comportamento dito ideal, e nesse novo contexto, a vivência do feminino no público também foi controlada. Assim, segundo a autora:

(...) já estava fora de moda casar sem afeto, apenas pela vontade dos pais – então, a ênfase na educação para o autocontrole das moças tornou-se ainda mais uma preocupação social. Os pais já não poderiam ser tão rígidos e as jovens deveriam aprender a controlar-se a si mesmas, distinguir o certo do errado de forma a conservar suas virtudes e a conter sua sexualidade em limites bem estreitos: dando-se ao respeito. (BASSANEZI, 2004, p. 510)

As meninas interpretadas nesse contexto por todo um aparato social como ingênuas e menos inteligentes, precisavam ser colocadas no “caminho certo”, repreendendo seus possíveis comportamentos subversivos. Assim, para os autores:

Na década de 50 predominava a ideia da “mulher ideal”, isto é, a normatização que definia quem era socialmente adequada. Na juventude, a moça deveria ser bela, recatada, casta e doce, tudo para construir a imagem certa para os outros e, principalmente, para os rapazes. Afinal, um deles se tornaria seu futuro marido. (MULLER; SCHMIDT, 2017, p.2,3)

No caso desse último recorte do Tribuna sobre as “mocinhas”, o comportamento recriminado foi aquele que não agradava ao masculino, que “aborrecia” os rapazes. Aquilo que se esperava das meninas é que tivessem outras preocupações além daquelas voltadas a aparência, no entanto, essas inquietações deveriam ir ao encontro daquilo que agradava os rapazes. O bom comportamento era uma regra fundamental para a mulher que desejava ser apontada como um bom partido (MULLER; SCHMIDT, 2017, p.2).

Apesar de haver um esforço da sociedade de vestir-se de outro discurso sobre as atribuições das mulheres, novamente essas foram colocadas em relação ao homem, a aquilo que deleitava os interesses masculinos. Essas meninas deveriam então, se enquadrar perfeitamente nessas virtudes. Nesse período e nessa representação de relações sociais, não importavam os desejos femininos ou a vontade de agir espontaneamente, o que contavam eram as aparências e as regras (BASSANEZI, 2004, p.514).

Foram analisados ainda nos escritos do Tribuna do Sul, outras colunas do “ABC da Mulher Moderna”. Todos os impressos referentes remetiam a representações de feminilidade hegemônicas, restringindo os interesses das mulheres a outras temáticas que ainda são uma extensão do mundo privado.

Refletindo sobre as publicações do Tribuna, além de perceber seu caráter representativo de uma sociedade que se consolidou em regras patriarcais, foi plausível identificar traços que permanecem, ainda na atualidade, pautados em

outros e novos discursos. A normatização do feminino e a hierarquia entre homens e mulheres ainda é algo sólido. O Tribuna representou uma parcela de um novo contexto no século XX e de novas formas de designações as mulheres, no entanto, essas novas formas foram aceitas associadas novamente aos limites das condições femininas, sem que isso afetasse sua premissa de mãe, esposa, rainha do lar, *valores* arquitetado na boa conduta e nas formalidades sociais vigentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo feminino retratado nas páginas dos jornais Campinas e Tribuna do Sul reproduziram aquilo que estava de acordo com os ideais de feminilidade da época vigente, aquilo que se buscava, enquanto sociedade supostamente civilizada. Em ambos, os discursos apresentados eram reflexos daquilo que estava tecido nas relações sociais, daquilo que culturalmente havia sido construído como aceitável por todos.

Concluiu-se com essa pesquisa, que as normatizações femininas ligadas a uma suposta natureza, mesmo no pós-guerra, prevaleceram. Assim, apesar das mudanças sociais, dos novos modos de vida urbanos, das novas percepções e vivências dos indivíduos, a condição feminina pouco sofreu alterações. Apesar de uma suposta modernização das relações sociais, o Brasil acompanhou o restante do mundo no que tange a criação de novas formas de subordinação das mulheres, pautadas em discursos e formas de coerção que legitimavam lugares subordinados às mulheres.

Os jornais Campinas e Tribuna do Sul em suas respectivas temporalidades buscaram contemplar seu público leitor com as suas publicações voltadas a aquilo que era considerado ideal, que supostamente estariam ao encontro do que o público queria ler, e desse modo lançando voz a aquilo que se aproximava do esperado para homens e mulheres. Diante disto, as duas temporalidades abarcadas representavam décadas bastante distintas, marcadas pelas grandes guerras que abalaram consideravelmente as formas de convivência e existência. Mesmo com as ditas mudanças, as vivências do feminino permaneceram bastante controladas, prevalecendo os discursos da boa mulher, mãe e esposa sobre quaisquer outros discursos de efetiva emancipação feminina.

Embora a pesquisa não tenha traçado soluções definitivas para essas questões, o que também não estava dentro dos objetivos, esse estudo foi importante para levantar questões bastante pertinentes às pesquisas de gênero e a historiografia. Ocorre que são bastante atuais essas permanências nos discursos que ainda reforçam as desigualdades de gênero e mais do que isso, é muito recorrente o desmerecimento e em grande medida, a criminalização das pesquisas que visam desconstruir paradigmas de gênero. Paradigmas esses, construídos culturalmente e, portanto mutáveis, mas que em grande medida são elementos

produzidos aparentemente com sentidos fixos e predeterminados, sem nenhuma historicidade.

Assim são de suma importância às análises históricas, pesquisas e estudos que se debruçam sobre essas nuances, em seu tempo e espaço, historicizando e dando visibilidade as relações de poder que criam a inferioridade das mulheres esquecendo seu caráter expressamente cultural e relativo. Ultrapassar as explicações redutoras faz-se como objetivo necessário, não dando vez a determinismos das supostas representações de feminilidade. (MARINHO, 2012)

A história precisa contribuir em descortinar esses símbolos e concepções que por muito, foram naturalizados e significaram um apagamento das mulheres, além da própria história ter dedicado a elas uma condição secundária como sujeito na escrita historiográfica. Aquilo que é considerado perfeitamente natural, com o olhar histórico, passa a ser passível de reflexão, recebendo sua condição relacional e mutável.

Esses elementos que forjam as relações e constituem o gênero, precisam ser analisados, dessacralizando as construções sociais como universais. Nessa perspectiva, não se objetivou nesses estudos entender as origens da segregação e da desigualdade entre homens e mulheres, mas compreender porque elas persistem e em que ela está alicerçada. Além disso, buscamos destacar os elementos que separam os gêneros por meio de discursos tão bem estruturados e subjetivados a ponto de passarem como algo natural.

A análise midiática se torna importante para compreender os processos de identificação cultural dos sujeitos, as formas e tentativas de efetivar existências circunscritas à natureza, aspecto este que por sua vez é calcado na subordinação. Este tipo de investigação sobre as normas de gênero é ainda importante, por se materializar em uma janela capaz de permitir a análise de subjetividades, do imaginário e das sensibilidades que não se encerram nos discursos majoritários, que apesar de influentes, não anulam outras formas de existência, impulsionando e estruturando relações de resistências.

Em suma, para as pesquisas historiográficas, é imprescindível que além de ampliar as noções de fontes, o/a historiador/a levante novos problemas de pesquisa que supostamente estão naturalizados e não causam desconforto. Assim, compete à pesquisa historiográfica, levantar novos questionamentos e possibilidades, refletindo sobre fragmentos do passado histórico. Tomando de

exemplo essa pesquisa, é substancial, utilizando a categoria gênero para análise, esmiuçar novas e outras indagações que precisam apenas ser desveladas sua profunda relatividade e historicidade.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Marivaldo Cruz do. Imprensa e higienização: a medicalização do parto na Bahia (1910-1927). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, p.927-944, 2008.
- ARAS, L.M.B. de; MARINHO, S.R. A Imprensa Feminina: normatização da conduta feminina nos jornais para mulheres (Bahia, 1860-1917). In **História, Rio Grande**, p.96-115, 2012.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In. **Histórias das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7.ed.- São Paulo : Contexto, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 2014.
- BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: Peter Burke (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, p. 63-95, 1992
- CERQUEIRA, Carla Braga. A imprensa e a perspectiva de gênero. Quando elas são notícia no dia internacional da mulher. In. **Observatorio (OBS*) Journal**, v. 5, p. 139-164, 2008.
- FERNANDES, F.M.; CRUZ, T.M. **Relações de Gênero, educação e imprensa: reflexões sobre o jornal O Albor em Laguna (1901 – 1930)**, 2017.
- FERNANDES, Fabricia Machado. **Jornal O Albor e a produção/disseminação de feminilidades na imprensa lagunense: 1901-1930**, 2014.
- KUAMOTO, F.; LOSNAK, C.J. A mulher retratada pelo Jornal Folha da Manhã – 1925-30. In **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Rio de Janeiro, 2015.
- LEITE, C. H. F; NETO, J.M.A. **O uso dos jornais para o conhecimento histórico: teoria e metodologia**, 2015

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. In. **Escritas**. V..7. n.1.,. p.3-17, 2015.

LIMA, Joelma Varão. O Jornal das Senhoras, um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo (Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX) In **Projeto História**. São Paulo, n. 45, p. 397-403, 2012.

MATOS, Juscelina Bárbara Anjos. Papéis de mulher – moda, identidade e gênero. In. **VI ENECULT Encontro de estudos multidisciplinares em cultura**. Facom-UFBA. Bahia, Brasil. 2010.

MAZER, Dulce Helena. Impressões do corpo feminino: reificação e representação da mulher na imprensa. In **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Cruz do Sul – RS, 2013.

MULLER, J.W.; SCHMIDT, S.P. O Manual da Boa Moça: reflexões sobre o comportamento feminino nos Anos Dourados e no Contemporâneo. In. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Curitiba. 2017.

NICOLETE, J. N.; ALMEIDA, J.S.de. Professoras e rainhas do lar: o protagonismo feminino na imprensa periódica (1902 – 1940). In **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil. v.33. especial 2, p. 203-220, 2017.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. A beleza feminina nas páginas da imprensa florianopolitana nos anos 1960-1970. In **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis – UFSC – Brasil ISSN, p. 1984-3968, v.6, n.1, 2012.

OLIVEIRA, Núcia Alexandra Silva de. As páginas da beleza. **As representações sobre a beleza feminina na imprensa**, 2001.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTO, Dora. O significado da maternidade na construção do feminino: uma crítica bioética à desigualdade de gênero. In. **Revista Redbioética/UNESCO, Ano 2, v.1, n.3, p 55-66, Enero-junio**. 2011.

RODRIGUES, Luciana Varga. **A representação da mulher na imprensa feminina**. 2004.

SALERNO, L.P. CUNHA, M.T.S. Discursos para o feminino em páginas da revista Querida (1958-1968): aproximações. In. **Educar em revista**. Curitiba, Brasil. n.40. p.137-149, 2011.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. In **Cadernos Pagu**. p.137-150. 2001

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Columbia University Press. 1989.

SGARBIERI, Astrid Nilsson. Representações do gênero feminino na mídia impressa. In **Estudos Linguísticos XXXV**. p.386-371, 2006.

TURACK, Cynthia F. Os sentidos sobre a maternidade construídos por vozes masculinas e femininas na imprensa da Corte. In. **Fazendo Gênero 8: Corpo, violência de poder**. Florianópolis. 2008.

VICENTE, Carla Cristina Antônio. **A construção da imagem da mulher na imprensa feminina**. 2010.

FONTES CONSULTADAS:

LUIZA, Maria. O ABC da mulher moderna. **Tribuna do Sul**, Araranguá, 15 mai. 1955. P.02.

LUIZA, Maria. O ABC da mulher moderna. **Tribuna do Sul**, Araranguá, 19 jun. 1955. P.02.

LUIZA, Maria. O ABC da mulher moderna. **Tribuna do Sul**, Araranguá, 29 mai. 1955. P.02.

LUIZA, Maria. O ABC da mulher moderna. **Tribuna do Sul**, Araranguá, 12 jun. 1955. P.02.

LUIZA, Maria. O ABC da mulher moderna. **Tribuna do Sul**, Araranguá, 07 ago. 1955. P.02.

LUIZA, Maria. O ABC da mulher moderna. **Tribuna do Sul**, Araranguá, 05 jun. 1955. P.02.

LUIZA, Maria. O ABC da mulher moderna. **Tribuna do Sul**, Araranguá, 03 jul. 1955. P.02.

SCARPA, A. A mulher: aos simples. **Campinas**, Araranguá, 05 jan. 1936.

VINICIUS. O lar. **Campinas**, Araranguá, 27 set. 1936.

VINICIUS. O lar. **Campinas**, Araranguá, 27 set. 1936.

MOAMÉME, Dr. A angelical influência da mulher na vida do homem. **Campinas**, Araranguá, 19 jul. 1936.

Cousas novas e cousas velhas. **Campinas**, Araranguá, 19 jul. 1936.